

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

11º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de Julho a 30 de Setembro de 2021



Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:

13/10/2021

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, **no 11º Período Avaliatório (01/07/2021 a 30/09/2021)**. Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente **documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados**, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Como é de amplo conhecimento, desde março de 2020, a pandemia do novo Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) tem imposto grandes desafios aos Estados, organizações e sociedade civil no Brasil e no mundo. No caso da Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais, uma das ações imediatas de enfrentamento da situação foi a suspensão das atividades presenciais em todas as Unidades de Prevenção do estado e o estabelecimento de medidas de engenharia financeira, gerencial e administrativa necessárias à adequação do Contrato de Gestão às restrições orçamentárias e de saúde pública¹. Esse momento exigiu de todos os colaboradores envolvidos na Política de Prevenção uma alta necessidade de se reinventar e tentar manter a qualidade da prestação dos serviços tradicionalmente realizados de forma presencial em formato remoto e/ou em teletrabalho. Tarefa realizada com significativo sucesso e apontada nos Relatórios Gerenciais 6 e 7.

A partir do último trimestre de 2020, seguindo as orientações e diretrizes emanadas da Supec/Sejusp e do Programa Minas Consciente², o Instituto Elo iniciou a retomada paulatina das atividades presenciais das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Tal processo, contudo, não aconteceu de forma crescente e linear em todo o estado. Como indicado nos 8º, 9º e 10º Relatórios Gerenciais, o primeiro de semestre de 2021 foi marcado por uma grande instabilidade em termos de avanços e recuos dos protocolos de biossegurança municipais e estadual, levando os programas a se reinventarem constantemente na sua forma de atuação

¹ Para maior acesso à tais informações, ver Relatório Gerencial referente ao 6º Período Avaliatório.

² Criado pelo Governo de Minas Gerais, o Plano Minas Consciente estabelece critérios e protocolos sanitários para a retomada segura das atividades econômicas e sociais dos municípios mineiros que optarem por aderir ao programa. Para mais informações acesse: <https://www.mg.gov.br/minasconsciente/entenda-o-programa>

(presencial e/ou teletrabalho) e nas estratégias para manter o vínculo e a aumentar a adesão do público alvo nos territórios onde estão inseridos.

A chegada do 11º Período Avaliatório (PA) traz ares mais positivos e estáveis para o desenvolvimento da Política de Prevenção, embora o momento ainda exija bastante cuidado. Dois aspectos foram fundamentais para esse cenário. O primeiro diz respeito à questão sanitária. O avanço da vacinação no estado parece dar sinais de redução constante dos indicadores de criticidade pandêmica e, a partir de agosto, praticamente todos as regiões e municípios estavam e ainda permanecem no nível verde do Programa Minas Consciente. Tal fato permitiu a manutenção dos atendimentos programas no formato presencial e a abertura de serviços e instituições em todos os municípios mineiros durante o trimestre. Como isso, houve não somente um aumento no número de atendimento, mas também uma maior proximidade da atuação dos programas com os seus parâmetros metodológicos tradicionais. O segundo aspecto se refere a validação do V Termo Aditivo do Contrato de Gestão 002/2019. A partir de agosto, as metas do Plano de Trabalho foram reajustadas para que tivessem maior aderência entre a expectativa de execução e as condicionantes impostas pelo contexto pandêmico e seus desdobramentos. Fato esse discutido regularmente nos relatórios e reuniões gerenciais anteriores.

Outras notícias positivas e novidades marcam esse período avaliatório. Destacam-se: i) a implementação do projeto-piloto “ComAgente”, do Programa Mediação de Conflitos, que visa ampliar, por meio da realização de oficinas temáticas, o protagonismo de referências comunitárias mulheres em ações de prevenção à violência. Das 20 oficinas previstas, 18 já começaram a atender o público nas áreas de abrangências de 6 Unidades de Prevenção à Criminalidade do estado; ii) a retomada das implantações de projetos de oficina do *Fica Vivo!* dos territórios onde Programa atua, exceto no município de Betim devido a exigências municipais específicas para atividades coletivas como oficinas; iii) retomada do cumprimento das alternativas penais, em especial de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ensejando novas possibilidades de articulação de rede para o programa Ceapa e iv) a implantação do programa PrEsp no município de Sete Lagoas no dia 15 de setembro.

Como será possível perceber, os muitos desafios e dificuldades da execução dos programas, agora potencializados pela pandemia, continuam presentes no 11º PA. Contudo, o esforço coletivo das equipes e todas as pessoas envolvidas na construção da Política de Prevenção tem sido capaz de romper as adversidades e cumprir integralmente grande parte dos objetivos pactuados. Na sequência, descreve-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			11º Período Avaliatório Jul/21 a Set/21	
1	1.1	5	15.583	19.966
	1.2	5	1.098	1.401,67
	1.3	4	6.137	7.977
2	2.1	4	1.360	977,67
	2.2	5	1.700	1.339,7
	2.3	5	5.301	9.525
	2.4	4	156	288
3	3.1	5	450	373
	3.2	5	30%	4,3%
	3.3	4	288	697
4	4.1	5	38.531	29.458
	4.2	5	72%	76,9%
	4.3	4	2.247	4.125

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			11º Período Avaliatório Jul/21 a Set/21	
5	5.1	5	13.757	12.036
	5.2	5	78%	78%
	5.3	4	926	1.105
6	6.1	4	720	583
7	7.1	1	660	1391
	7.2	1	15	10,7
	8.1	4	52	53
8	8.2	4	3	3
	8.3	4	3	3
	8.4	4	3	3
9	9.1	1	100%	
	9.2	1	100%	
10	10.1	1	0	-
	10.2	1	0	-
	2.1		100%	100%

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15.583	19.966
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido. Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades: 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco; 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

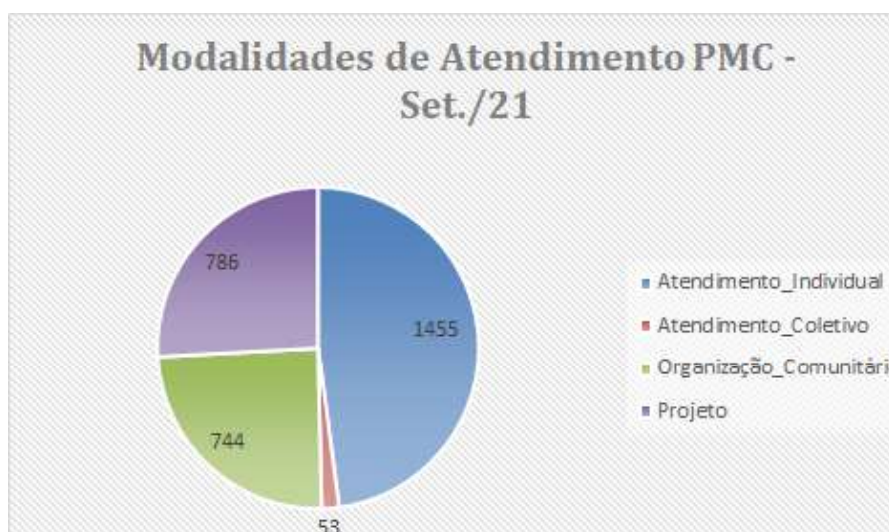
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O lançamento do Programa ComAgente

Antes de discorrer sobre o indicador 1.1 propriamente dito, é importante afirmar que o 11º Período Avaliatório (julho a setembro/21) foi marcante para o Programa Mediação de Conflitos. Após anos de maturação de uma metodologia orientada ao estímulo da participação comunitária na execução de uma política pública de segurança cidadã, o PMC deu início à implementação do projeto-piloto “ComAgente”. Embora o programa sempre pôde contar em sua atuação com a parceria voluntária de referências comunitárias, o “ComAgente” visa ampliar, por meio da realização de oficinas temáticas, o protagonismo de referências comunitárias mulheres em ações de prevenção à violência. Das 20 oficinas previstas no projeto-piloto, 18 já começaram a atender o público nas áreas de abrangências de 6 Unidades de Prevenção à Criminalidade.

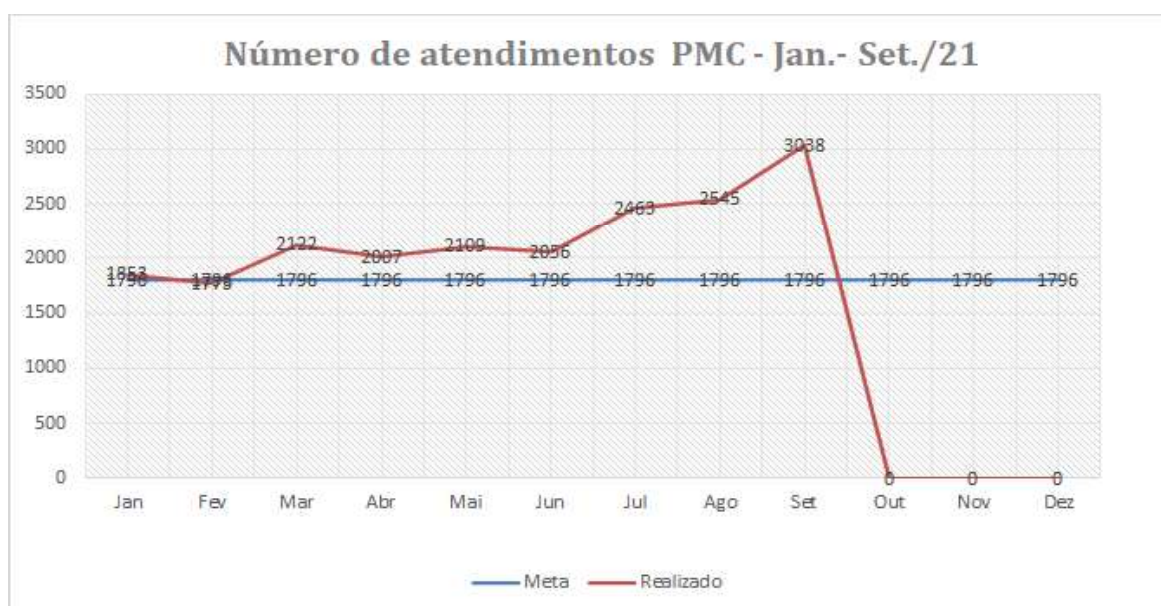
Os resultados quantitativos e qualitativos (qualificação das análises de dinâmicas criminais, construção de linhas de ação ajustadas às demandas comunitárias, aprimoramento dos fluxos de encaminhamento de casos com violência entre as agentes comunitárias e a equipe técnica etc.) já começam a aparecer. No mês de setembro, quando as oficinas começaram a ser executadas, o PMC atingiu o patamar de atendimento mais alto no ano. A equipe de Analistas Sociais e Agentes Comunitárias de Cidadania realizaram 3038 atendimentos, aproximadamente 20% acima do mês anterior. A quantidade já expressiva de atendimentos na modalidade “Projetos de Prevenção” - categoria de enquadramento do “ComAgente” - sinaliza a amplitude potencial dessa proposta de intervenção comunitária. Em setembro, foram realizados 786 atendimentos em “Projetos de

Prevenção”, isto é, 26% do total realizado nesse mês. A título comparativo, no mês de agosto - antes de iniciado o “ComAgente” - o percentual de atendimentos nessa modalidade atingiu apenas 4%.



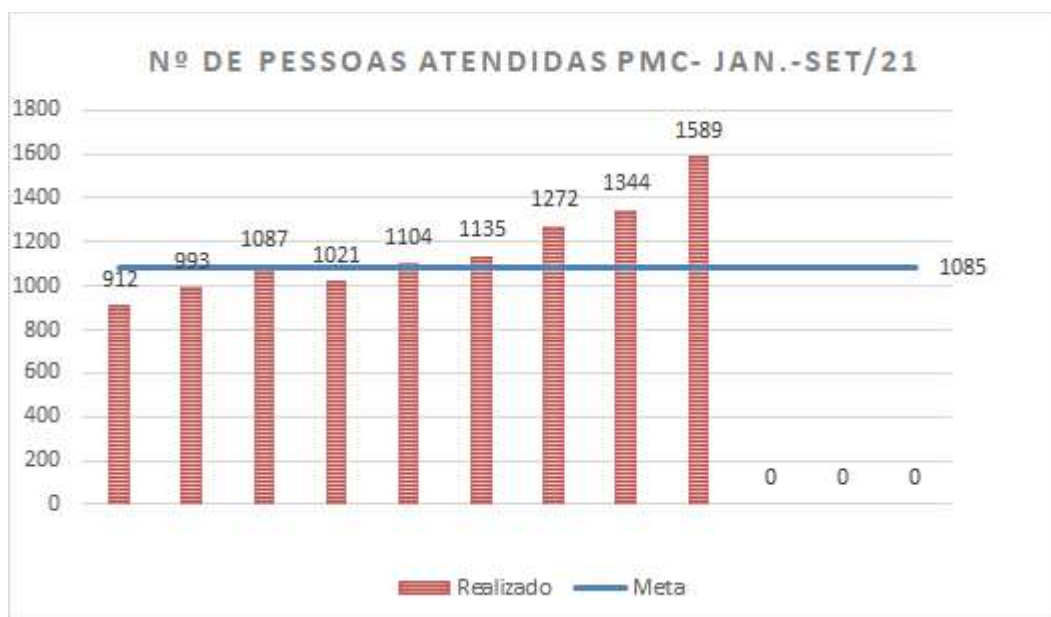
O projeto “ComAgente” também produziu um acréscimo no número de atendimentos em “Organização Comunitária”, devido à necessidade de mobilização social de moradoras para a propositura, execução e participação nas oficinas. Em comparação com o trimestre anterior, houve um aumento de 46% na quantidade de atendimentos nessa modalidade (de 1809 a 2614).

Tais dados indicam que o “ComAgente” contribuiu de maneira decisiva para a consolidação da tendência de aumento no número de atendimento do PMC ao longo do ano. Se entre abril e junho, o programa realizou 6172 atendimentos, de julho a setembro esse número chegou a 8046, um acréscimo de 31%. No atual trimestre, o PMC superou em 42% a meta de atendimentos para o período.

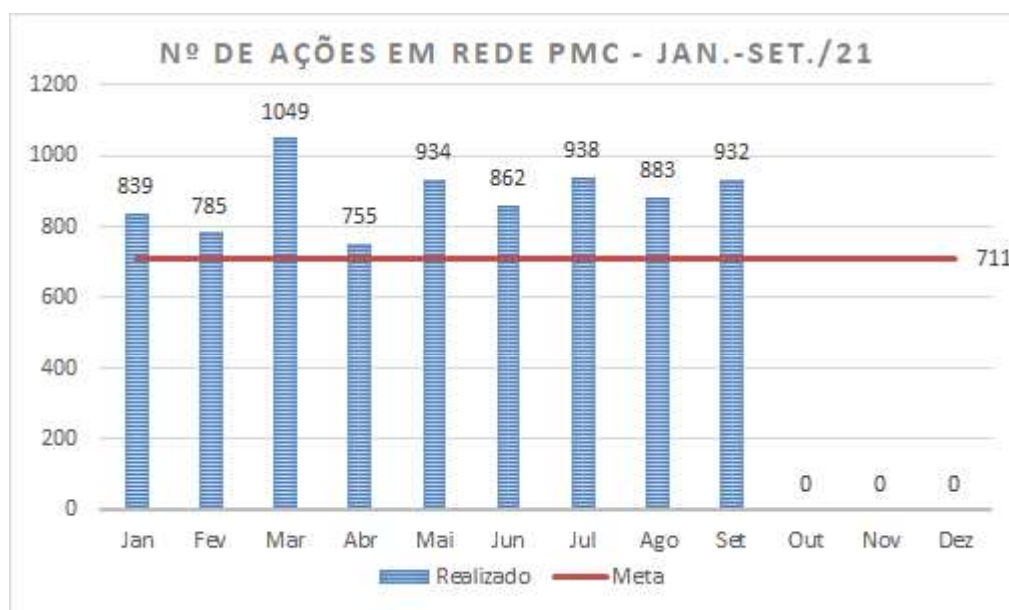


O projeto “ComAgente” também produziu impacto positivo no número de pessoas atendidas pelo PMC. Durante a pandemia o alcance da meta desse indicador foi um desafio ao programa, devido aos obstáculos estruturais impostos pelas medidas de biossegurança (p. ex., restrições de circulação, de número de pessoas atendidas coletivamente, de eventual realização de atendimentos presencial, bem como limitações de funcionamento da rede parceira). Somente entre julho e setembro foi possível superar mensalmente essa meta. Nesse período o programa realizou em média 1402 atendimentos mensais, aumento de 29% em relação ao trimestre anterior. A meta mensal, superada com certa folga, é de 1098 pessoas atendidas.

Em 2021, o mês de setembro - com a inauguração de oficinas do “ComAgente” - atingiu o maior número de pessoas atendidas: 1589. Esse resultado alavancou a performance do PMC para esse indicador no 11º PA, acentuando a tendência de ampliação da capilaridade do programa, verificada a partir de maio deste ano. Ao longo dos últimos três meses, o programa atendeu um número de pessoas 28% acima da meta mensal.



No 11º Período Avaliatório, o PMC alcançou seu melhor resultado no indicador de “Ações em Rede”. Em relação ao trimestre anterior houve um aumento de 8% no total de ações junto aos parceiros da rede de proteção social (de 2551 para 2753). O programa superou em 22% a meta do período para esse indicador. O impacto do “ComAgente” nesse indicador foi pouco expressivo. Isso se deve à ênfase do projeto no atendimento em grupo do público-alvo. Nesse caso as ações em rede assumem um papel acessório, de sensibilização e mobilização de pessoas interessadas em participar das oficinas. Em setembro foram contabilizadas apenas 6 ações em rede realizadas pelas Agentes Comunitárias de Cidadania. A grande maioria dessas ações foi articulada pelas equipes de analistas sociais e se concentrou nas discussões de caso e construção de encaminhamento dos casos.



Os dados analisados acima indicam o avanço significativo do PMC ao longo de 2021. O projeto “ComAgente” se insere em um ciclo virtuoso de transformações do PMC, estruturado sobre a retomada e consolidação das linhas de ações presenciais, acrescida da incorporação de recursos tecnológicos e formas inovadoras de atendimento (p. ex. mediação online), da reabertura de Unidades de Prevenção à Criminalidade e da ênfase metodológica no atendimento interpessoal e comunitário a situações de violência.

Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2021) foram realizados cumulativamente 19.966 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até setembro de 2021 era de 15.583, atingiu-se o objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 1 – Distribuição do Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC						
UPC	7º AO 10º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	11º PA	TOTAL
CABANA	1576	99	86	68	253	755
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	1301	61	46	51	158	473
JARDIM FELICIDADE	1539	86	101	102	289	721
JARDIM LEBLON	1619	113	125	81	319	841
MINAS CAIXA	416	0	0	0	0	0
MORRO DAS PEDRAS	1436	73	98	96	267	617
PEDREIRA PRADO LOPES	971	95	106	111	312	668
PRIMEIRO DE MAIO	602	0	0	0	0	0
RIBEIRO DE ABREU	1515	55	110	75	240	676
SANTA LÚCIA	1376	141	148	118	407	830
SERRA	1713	84	214	190	488	1075
TAQUARIL	2070	199	113	322	634	1296
VILA PINHO	1947	81	108	106	295	883
CITROLÂNDIA	2015	57	49	74	180	489
JARDIM DAS ALTEROSAS	798	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	2426	129	114	258	501	1047
PTB	1653	54	82	32	168	505
NOVA CONTAGEM	2735	109	138	107	354	1148
RESSACA	2758	75	87	78	240	659
CARAPINA	2023	86	98	72	256	751
TURMALINA	2435	181	71	272	524	1094
BETHÂNIA	622	0	0	0	0	0
OLAVO COSTA	1864	84	98	90	272	758
CRISTO REI	282	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	1431	82	72	206	360	780
JUSTINÓPOLIS	1174	55	41	45	141	445
ROSANEVES	862	0	0	0	0	0
VENEZA	1531	79	81	78	238	706
PALMITAL	1671	131	99	123	353	699
VIA COLÉGIO	1507	72	73	65	210	562
JARDIM CANAÃ	698	32	36	41	109	123
MORUMBI	1749	83	89	109	281	730
MORRO ALTO	1866	67	62	68	197	635
TOTAL	50181	2463	2545	3038	8046	19966

Como se sabe, as metas dos indicadores apurados são para o Programa como um todo. Contudo, para fins de gestão e análise, o Programa Mediação adota a estratégia de examinar as metas estabelecidas internamente para cada UPC e não apenas o seu desempenho em termos absolutos.

Em relação ao indicador 1.1, diferentemente dos dois primeiros trimestres de 2021, no terceiro trimestre nenhuma equipe teve desempenho menor que 80% da meta. Somente 4 equipes não bateram a meta para este indicador, a saber: **Citrolândia** (94%), **Cabana** (98%), **Veneza** (92%) e **Jardim Canaã** (93%). Como é possível constatar, essas equipes estiveram muito próximas do desempenho esperado, apresentando resultados acima de 90% para este indicador.

A partir de julho a meta de atendimentos do PMC Cabana saltou de 59 para 86 atendimentos mensais. Mesmo com essa recalibragem acentuada da meta, a equipe conseguiu atingi-la nos meses de julho e de agosto. Em setembro, houve reformulação da equipe técnica. As adequações decorrentes dessa mudança impactaram o desempenho do PMC Cabana, que ainda assim esteve bem próximo de atingir a meta do período. A expectativa é que, com a estabilização das rotinas de trabalho e a redistribuição do acompanhamento de casos em atendimento, a equipe consiga retomar o fluxo dinâmico de atividades desenvolvido ao longo do ano.

A equipe do **Citrolândia** apresentou diversas oscilações durante o ano, chegando a bater 120% da meta para este indicador no primeiro trimestre, alcançar apenas 66% da meta no segundo trimestre e apresentar novamente uma ascensão neste terceiro trimestre, com 94% da meta. Essas diferenças nos resultados foram provenientes,

sobretudo, do fato de que o Programa funcionou nos meses de abril, maio e junho com a equipe reduzida, com a presença de apenas uma analista, devido a férias e licença médica. No mês de agosto também houve a saída de uma analista e entrada de um novo profissional, o que exigiu um período de adaptação ao trabalho, portanto, somente no mês de setembro, a equipe conseguiu de fato consolidar e desenvolver o trabalho sem intercorrências, superando em 16% a meta estipulada neste mês.

O processo de reimplantação do **PMC Jardim Canaã** tem avançado de maneira progressiva. Embora a equipe não tenha atingido a meta do atual período avaliatório, é possível notar melhora gradativa no desempenho da equipe. Em julho a equipe atingiu 82% da meta de atendimentos; em agosto, 92%; em setembro a equipe ultrapassou a meta mensal. O PMC Jardim Canaã vem ganhando ritmo com atendimentos individuais e com a retomada do diálogo com referências comunitárias que antes nutriam vínculo próximo com o programa. Nos próximos meses, a equipe pretende intensificar as ações em rede e os atendimentos itinerantes na área de abrangência do CPC, a fim de restabelecer a dinâmica de trabalho anterior à paralisação das atividades.

A **UPC do Veneza** ao longo deste trimestre não conseguiu atingir a meta estabelecida em nenhum mês. Porém, esteve muito próxima na maioria dos meses considerando a meta de 86 atendimentos, sendo 79 atendimentos no mês de julho, 81 no mês de agosto e 78 em setembro, de modo geral a meta para o trimestre foi atingida em 92%. Este indicador esteve abaixo da meta estabelecida, mas o que é justificável pelo redirecionamento das ações realizadas pela equipe devido ao processo de expansão da área de abrangência da UPC, o que afeta de alguma forma a capacidade de atendimentos nesse período. A expectativa é que no próximo trimestre com a consolidação desse processo a equipe consiga atingir a meta deste indicador.

Neste período avaliatório, 23 equipes bateram a meta para este indicador e vamos destacar aquelas que superaram em mais de 50% a meta estipulada. Cabe ressaltar as equipes que fazem parte do projeto piloto “ComAgente”: **Taquaril (209%)**, **Serra (161%)**, **Jardim Teresópolis (192%)**, **Palmital (137%)**, **Turmalina (203%)** e **Olavo Costa (105%)**. Destas equipes, somente Palmital e Olavo Costa não superaram em mais de 50% o valor da meta estipulada, sendo que o Palmital chegou bem próximo. Já a equipe do Olavo Costa, embora tenha superado a meta, não apresentou valores mais altos, pois os projetos de oficina não começaram a ser desenvolvidos pelas agentes comunitárias de cidadania no mês de setembro, como ocorreu nos outros territórios. Sendo assim, no próximo trimestre os números dessa equipe devem aumentar ainda mais, visto que os projetos já estarão em execução.

O impacto do projeto “ComAgente” neste indicador é significativo, pois no mês de setembro, por exemplo, período em que os projetos de oficina começaram a ser desenvolvidos nos territórios, duas das seis equipes do projeto superaram em mais de 200% a meta estipulada para o número acumulado de atendimentos. Como dito acima, outro dado que comprova este impacto é que no mês de setembro a modalidade de atendimento em projeto de prevenção às violências foi a segunda com maior número de atendimentos, ficando atrás somente da modalidade de atendimento individual. No mês de agosto, as equipes realizaram 92 atendimentos em projetos e no mês de setembro foram 786 atendimentos nessa modalidade, ilustrando o impacto dos trabalhos desenvolvidos pelo “ComAgente”, em conjunto com os analistas nos territórios.

Outras equipes que se destacaram e apresentaram resultados acima de 50% da meta foram: **Santa Lúcia (251%)**, **PPL (190%)**, **Ressaca (157%)** e **Santos Reis (181%)**. A UPC do Santa Lúcia apresentou resultados muito altos neste indicador nos três meses do período avaliatório, fato este que se deve à maior consolidação do trabalho presencial pela equipe, com possibilidades de circulação pelo território e criação de vínculos com os atendidos, o que ficava prejudicado no formato de teletrabalho. Outro fator que tem impactado no número acumulado de atendimentos da equipe está relacionado a um projeto de prevenção realizado com mulheres do território, responsável por um aumento neste indicador.

O **PMC PPL** apresenta uma trajetória evolutiva extraordinária ao longo de 2021. Em janeiro, a equipe realizou 18 atendimentos. No trimestre atual, a média mensal foi de 104 atendimentos. Esse salto quantitativo (e qualitativo) se deve ao investimento da equipe nos atendimentos itinerantes, no aumento da referencialidade do Programa junto à rede parceira e no acompanhamento cuidadoso dos casos atendidos. Uma das principais frentes de trabalho da equipe tem sido a de atendimento à população em situação de rua, um dos públicos mais vulneráveis a situações de violência na comunidade. Em sintonia com a rede especializada, o PMC PPL tem conseguido se aproximar desse público e realizar ações individuais e coletivos de prevenção e enfrentamento à violência.

A **UPC do Ressaca** também tem se debruçado sobre práticas mais coletivas na comunidade e investido em circulações pelo território, o que tem aumentado o número de demandas para atendimentos individuais. A equipe tem feito atendimentos de organização comunitária com algumas referências, almejando qualificar as leituras sobre os conflitos e significações dadas ao baile funk do Ressaca. Além disso, tem atendido as referências com o objetivo de construir um mapa afetivo do território e pensar ações conjuntas. Essas iniciativas impactaram o número de atendimentos da equipe nos últimos meses.

A **Unidade do Santos Reis** também apresentou resultados positivos nos três meses do período avaliatório, mas cabe destacar o aumento significativo que aconteceu no mês de setembro, no qual foi realizado 310% da meta estipulada, o que elevou os números do trimestre. Esse aumento se deve à realização de projetos de prevenção

em escolas do território, que tiveram como temática a discussão do “Setembro Amarelo” e as violências relacionadas à questão de saúde mental. Vale ressaltar também que a equipe tem desenvolvido um caso coletivo com adolescentes do território, discutindo a ocupação de um campo para a prática de futebol, até então abandonado e fomentando discussões relativas à segurança cidadã, o que também produziu aumento no número de atendimentos.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.098	1.401,67
Descrição do Indicador	
Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária: 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco; 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2021) foram atendidas em média 1.401,67 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.098, alcançou-se 128% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA MENSAL POR UPC					
UPC	MÉDIA 10º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA 11º PA
CABANA	42,67	44	41	37	40,67
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	32,00	32	27	35	31,33
JARDIM FELICIDADE	37,67	39	48	53	46,67
JARDIM LEBLON	37,67	45	33	26	34,67
MINAS CAIXA	-	0	0	0	0,00
MORRO DAS PEDRAS	35,00	50	66	61	59,00
PEDREIRA PRADO LOPES	39,67	49	55	46	50,00
PRIMEIRO DE MAIO	-	0	0	0	0,00
RIBEIRO DE ABREU	46,67	44	101	62	69,00
SANTA LÚCIA	26,67	38	59	50	49,00
SERRA	69,33	45	51	95	63,67
TAQUARIL	82,67	95	52	109	85,33

VILA PINHO	45,00	37	73	60	56,67
CITROLÂNDIA	23,00	44	34	55	44,33
JARDIM DAS ALTEROSAS	-	0	0	0	0,00
JARDIM TERESÓPOLIS	45,33	62	58	118	79,33
PTB	30,00	36	59	27	40,67
NOVA CONTAGEM	88,00	68	92	60	73,33
RESSACA	33,00	42	36	41	39,67
CARAPINA	37,00	37	92	41	56,67
TURMALINA	34,33	102	42	95	79,67
BETHÂNIA	-	0	0	0	0,00
OLAVO COSTA	41,00	40	36	36	37,33
CRISTO REI	-	0	0	0	0,00
SANTOS REIS	42,00	59	55	198	104,00
JUSTINÓPOLIS	24,33	37	30	32	33,00
ROSANEVES	-	0	0	0	0,00
VENEZA	54,00	48	51	53	50,67
PALMITAL	39,00	56	35	50	47,00
VIA COLÉGIO	36,67	39	41	38	39,33
JARDIM CANAÃ	0,67	13	13	18	14,67
MORUMBI	24,00	23	33	50	35,33
MORRO ALTO	39,67	48	31	43	40,67
TOTAL	1087,00	1272	1344	1589	1401,67

Em relação ao indicador 1.2 (Média Mensal de pessoas atendidas), somente duas equipes ficaram abaixo de 80% da meta: **Olavo Costa (75%) e Jardim Canaã (65%)**. A UPC do **Olavo Costa** durante o trimestre não atingiu a meta de média de pessoas atendidas, sendo os resultados para a meta que é 50, o que corresponde a 75% do valor estipulado para o período. Durante todo este período este indicador foi afetado, uma vez que a equipe ainda não conseguiu retomar de forma plena a execução de práticas coletivas. Cabe ressaltar que com ajustes das metas, foi considerada a execução do projeto “ComAgente” o que aumentaria os resultados desse indicador, porém, a equipe teve atraso na contratação das Agentes Comunitárias de Cidadania, e o Projeto só terá início no próximo trimestre, o que nos aponta uma melhora do desempenho neste indicador nos meses seguintes.

A ampliação do alcance da equipe do **Jardim Canaã** caminha de maneira gradativa, embora o ritmo seja menor do que o esperado. No mês de setembro a equipe aumentou o número de pessoas atendidas, mas ainda se encontra distante do patamar anterior à paralisação das atividades em 2020. A ausência de espaços coletivos de atendimento e a baixa referencialidade junto à rede parceira são desafios a enfrentar nos próximos meses. Supervisão Metodológica, Gestão Social e Analistas Sociais estão construindo alternativas para dar maior visibilidade ao Programa no território (ações de divulgação, atendimentos itinerantes, retomada de contato regular com referências comunitárias etc.).

Vale destacar o desempenho das equipes do projeto “ComAgente”, que à exceção do **Olavo Costa**, que ainda não começou a executar o projeto e do Palmital que ficou abaixo da meta, mas bem próximo, todas as outras ultrapassaram os valores estipulados para o período: **Taquaril (145%), Serra (108%), Jardim Teresópolis (159%), Palmital (94%), Turmalina (159%)**. Da mesma forma que no indicador 1.1, a média de pessoas atendidas em setembro teve um aumento significativo nessas equipes, devido aos projetos. A título de exemplo, a equipe do Turmalina executou 190% da meta, quase o dobro, apenas em setembro.

Outras equipes que se destacaram e executaram mais de 50% da meta no terceiro trimestre foram: **PPL (158%), Ribeiro de Abreu (173%), Santa Lúcia (188%), Ressaca (153%) e Santos Reis (270%)**.

O **PMC do Santa Lúcia** teve um aumento neste indicador, principalmente devido às novas pessoas que têm chegado ao programa a partir das circulações e às mulheres atendidas no projeto de prevenção para discussão de violência de gênero. De modo semelhante, a **UPC do Ressaca** teve aumento no número de pessoas atendidas devido às circulações, consolidação do trabalho presencial e atendimentos em organização comunitária, bem como a partir da readequação das metas por equipe para este trimestre, que diminuiu a meta de 34 para 26 pessoas atendidas, visto que este era o indicador que a equipe tinha mais dificuldade de atingir, devido à pandemia.

A **equipe da PPL** tem diversificado o alcance do programa por meio de atendimentos itinerantes e articulações com a rede parceira. A rotina de atuação da equipe na cena comunitária tem possibilitado o atendimento de pessoas que não acessavam o programa por desconhecê-lo - caso da população em situação de rua - ou por não poderem transitar no entorno da UPC, devido a restrições de circulação decorrentes de rixas históricas entre pontos de varejo de drogas ilícitas. O resultado do empenho da equipe tem sido expressivo: em janeiro a equipe

atendia mensalmente 15 pessoas; neste trimestre, em média 50 pessoas foram atendidas no programa, com o recebimento constante de casos novos.

Já a **UPC do Santos Reis** teve um aumento neste indicador devido aos projetos de prevenção sobre o “Setembro Amarelo” executados nas escolas. No mês de setembro a equipe executou 514%, superando em muito a meta e elevando o desempenho no trimestre. A equipe do Ribeiro de Abreu, apresentou ao longo deste trimestre resultados bem acima da meta estipulada para este indicador, atingindo 173% do valor para o trimestre. Isso se deu pelo forte investimento da equipe na execução de Projetos de Prevenção, o que permitiu o alcance de mais pessoas ao longo das intervenções. O mês de agosto foi onde a equipe teve um alcance mais expressivo neste indicador, o que resultou em 253% do valor estipulado. O impacto deste mês também se deve às ações realizadas referentes ao “Agosto Lilás”, que representa o mês da conscientização e combate à violência contra a mulher, temática amplamente trabalhada pela equipe ao longo desse mês.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
6.137	7.977
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido. Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados: 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária; 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3) Discussão de casos com a rede de proteção social; 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Até o mês de setembro de 2021 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas acumuladamente 7.977 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 6.137, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social						
UPC	7º AO 10º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	11º PA	TOTAL
CABANA	621	35	28	41	104	309
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	641	25	26	20	71	201
JARDIM FELICIDADE	712	28	38	34	100	279
JARDIM LEBLON	542	51	31	34	116	277
MINAS CAIXA	144	0	0	0	0	0
MORRO DAS PEDRAS	642	25	23	37	85	264
PEDREIRA PRADO LOPES	567	38	33	26	97	266

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social						
UPC	7º AO 10º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	11º PA	TOTAL
PRIMEIRO DE MAIO	232	0	0	0	0	0
RIBEIRO DE ABREU	763	19	17	38	74	291
SANTA LÚCIA	335	34	32	27	93	213
SERRA	890	88	61	63	212	515
TAQUARIL	998	46	39	35	120	424
VILA PINHO	914	32	48	46	126	372
CITROLÂNDIA	811	18	24	25	67	338
JARDIM DAS ALTEROSAS	364	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	831	31	44	40	115	349
PTB	581	20	26	24	70	192
NOVA CONTAGEM	729	50	44	47	141	337
RESSACA	480	33	27	27	87	229
CARAPINA	565	30	46	30	106	272
TURMALINA	1029	34	25	54	113	396
BETHÂNIA	282	0	0	0	0	0
OLAVO COSTA	1065	41	43	44	128	350
CRISTO REI	246	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	507	24	31	33	88	250
JUSTINÓPOLIS	731	19	17	18	54	288
ROSANEVES	300	0	0	0	0	0
VENEZA	624	39	57	41	137	338
PALMITAL	1241	59	32	59	150	524
VIA COLÉGIO	567	41	20	26	87	211
JARDIM CANAÃ	292	22	19	18	59	69
MORUMBI	561	26	26	29	81	229
MORRO ALTO	523	30	26	16	72	194
TOTAL	20330	938	883	932	2753	7977

No que se refere ao indicador 1.3, nenhuma equipe cumpriu abaixo de 80% dos valores estipulados, sendo que somente três ficaram abaixo da meta: **Ribeiro de Abreu (95%)**, **Citrolândia (80%)** e **Jardim Teresópolis (98%)**. A **UPC do Citrolândia** teve um desempenho baixo no mês de julho, o que teve impacto na média do trimestre. Como mencionado anteriormente, neste período a equipe estava passando por uma fase de transição com saída e chegada de novo analista, o que fez com que as ações de articulação com a rede ficassem comprometidas. De modo semelhante, a equipe do **Jardim Teresópolis** ficou muito próxima da meta, tendo um desempenho negativo no mês de julho, o que impactou na média do trimestre. Entretanto, a equipe superou a meta nos meses de agosto e setembro.

O **PMC do Ribeiro de Abreu** esteve abaixo da meta estipulada para este indicador em dois meses, julho (19) e agosto (17). Isso se deu devido ao foco da equipe nas intervenções dos Projetos de Prevenção, que demandaram outras articulações para sua execução. Porém, no mês de setembro a equipe realizou 38 ações de rede o que representa um resultado de 155% do valor estipulado, com isso, a equipe neste trimestre esteve próxima de atingir a meta para o período, ficando somente 5% abaixo do esperado.

Com exceção da equipe do **Jardim Teresópolis**, todas as equipes do projeto “ComAgente” superaram as metas estabelecidas para o período, sendo que a Serra ultrapassou a meta em mais de 50%. Entretanto, não foi possível observar um impacto tão evidente das ações do projeto neste indicador, visto que o objetivo principal do projeto é a realização de atendimentos junto ao público e a carga horária que pode ser destinada para ações de rede é pequena quando comparada àquela utilizada para a execução dos projetos de oficina.

Duas outras equipes tiveram desempenho maior que 50% da meta estipulada para este indicador: **Santa Lúcia (154%)** e **Ressaca (153%)**. A equipe do Santa Lúcia fez contatos com diversas instituições do território para estabelecimento de fluxos de encaminhamento e discussões de casos complexos, o que produziu aumento nos resultados deste indicador. A equipe do Ressaca, além de realizar muitos encaminhamentos e discussões de caso, participou de espaços de discussão com a rede, principalmente com a saúde, para qualificar e pensar ações para situações de interseção entre violências e saúde mental no território.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.360	977,67
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local) que extrapolam a dimensão do ofício. As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPC (chamados deicineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens. As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto. Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O trimestre julho/agosto/setembro é marcado pelo retorno das implantações de projetos de oficina em boa parte dos territórios onde Programa atua. Elenca-se, no entanto, algumas exceções, a saber: a) Juiz de Fora e Governador Valadares, devido aos índices epidemiológicos nestas cidades, retomaram as oficinas no mês de agosto de 2021; b) no município de Betim não houve retomada no trimestre, uma vez que os decretos municipais impunham restrições que dificultavam a execução de atividades coletivas, como oficinas, além de outras exigências específicas.

Ainda que com tais desafios, é possível verificar o aumento mês a mês dos números referentes aos indicadores do programa. O indicador número de encontros de oficina executados, por exemplo apresenta esse aumento consecutivo: 687 encontros em julho, 1055 em agosto, e 1191 em setembro, todos estes acima da meta de 453 encontros. A média de encontros por oficinas também teve aumento, com os seguintes valores: 7,9 em julho, 8,9 em agosto, e 9,0 em setembro.

Quanto ao indicador média de jovens em oficinas, o mesmo também superou a meta pactuada (média de 567 jovens), com os seguintes números de julho a setembro: 895, 1411, 1713.

O indicador número de atendimentos realizados pelo Programa teve os seguintes resultados: em julho, esteve abaixo da meta pactuada (1118 jovens), enquanto que em agosto (1820) e setembro (2034), tiveram uma leve superação com relação à meta.

Tais números podem ter como fatores de compreensão: o interesse e empenho das equipes técnicas no retorno das oficinas; o interesse no retorno ao ofício por parte dos oficineiros, tanto por questões econômicas, visto que muitos/as deles/as passam por extrema vulnerabilidade financeira, como também pelo comprometimento com o trabalho junto à juventude dos territórios; e, como último elemento, a expectativa dos/das jovens dos territórios quanto ao retorno das atividades do Programa.

Além disso, é importante considerar as possibilidades iniciais junto às redes parceiras, tendo sido fundamentais nessa nova retomada. Foram possíveis construções das equipes (com suporte da gestão social e orientação da

supervisão metodológica) junto à rede que possibilitaram a implantação das oficinas. Portanto, era esperado esse maior quantitativo de implantações, o que em consequência, impactaria no aumento dos indicadores.

Para o próximo trimestre, entretanto, é possível que ocorra uma estabilização nos números de atendimentos em virtude de alguns fatores. O primeiro é com relação aos espaços que ainda se encontram disponíveis nos territórios. Ainda há lugares com funcionamento restrito, com horários reduzidos, ou restrição quanto a natureza das atividades e quantitativo de pessoas. Os CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) por exemplo, ainda não retomaram atividades coletivas em suas unidades, e algumas oficinas ocorriam nesses locais. Nesse período também, muitas escolas não retomaram as atividades presenciais, ou retomaram também com restrições com relação à lotação e também com quais atividades externas ao contexto escolar poderiam ser desenvolvidas. Como as escolas são grandes parceiras na execução do programa, esse fator tem um impacto bastante relevante para futuras implantações. Além disso, cabe ressaltar que em alguns territórios o quantitativo de equipamentos e espaços públicos é escasso.

Um segundo fator a ser considerado são os desligamentos de oficinas que vem sendo realizados, muitos deles devido a uma indisponibilidade para o retorno por parte de oficinairos/as. Muitos/as deles/as buscaram outras formas de inserção profissional, não sendo possível conciliar, e derivando em alguns desligamentos de oficinas. Dessa forma, várias equipes já vêm lançando mão da realização de chamamentos públicos e divulgando na comunidade a existência de vagas para a atuação como oficinairo/a.

Tais fatores podem contribuir para uma maior estabilização do número de implantações, quando comparado ao trimestre atual, que teve uma ampliação que pode ser considerada mais acelerada.

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, em média, 977,67 encontros de oficiais por mês, tendo a meta de 1.360 não atendida. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Tabela 4 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	MÉDIA 10° PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA 11° PA
CABANA	0,00	24	39	45	36,00
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	0,00	33	48	60	47,00
JARDIM FELICIDADE	0,00	57	79	80	72,00
JARDIM LEBLON	0,00	32	50	55	45,67
MINAS CAIXA	-	-	-	-	-
MORRO DAS PEDRAS	0,00	35	45	51	43,67
PEDREIRA PRADO LOPES	0,00	36	56	58	50,00
PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	0,00	40	64	50	51,33
SANTA LÚCIA	0,00	43	59	78	60,00
SERRA	0,00	32	64	69	55,00
TAQUARIL	0,00	85	85	94	88,00
VILA PINHO	0,00	27	37	45	36,33
CITROLÂNDIA	0,00	0	0	0	0,00
JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	0,00	0	0	0	0,00
PTB	0,00	0	0	0	0,00
NOVA CONTAGEM	0,00	22	41	58	40,33
RESSACA	0,00	25	30	32	29,00
CARAPINA	0,00	0	30	47	25,67
TURMALINA	0,00	0	23	38	20,33
BETHÂNIA	-	-	-	-	-
OLAVO COSTA	0,00	0	26	30	18,67
CRISTO REI	-	-	-	-	-
SANTOS REIS	19,00	35	35	36	35,33
JUSTINÓPOLIS	0,00	25	30	34	29,67
ROSANEVES	-	-	-	-	-
VENEZA	0,00	29	52	56	45,67
PALMITAL	0,00	42	56	57	51,67
VIA COLÉGIO	0,00	45	57	62	54,67
JARDIM CANAÃ	-	0	12	10	7,33
MORUMBI	0,00	0	0	0	0,00
MORRO ALTO	0,00	20	37	46	34,33
TOTAL	19,00	687	1055	1191	977,67

Diante deste cenário, é possível qualificar e contextualizar como tem se dado o processo de retomada as oficinas e o desempenho do programa em alguns territórios.

Citrolândia, Jardim Teresópolis e PTB (Betim)

O município de Betim conta atualmente com 03 unidades de prevenção à criminalidade, Citrolândia, Jardim Teresópolis e PTB. As oficinas nos municípios de Betim ainda não foram retomadas, tendo em vista o decreto municipal, que estabelece regras para enfrentamento da pandemia de Covid-19. Desde então, a gestão social vem mantendo constantes diálogos com os órgãos responsáveis. A impossibilidade de implantação tem impacto direto nos objetivos pactuados em contrato de gestão. E também impacta nas demais formas de atendimento do programa Fica Vivo!

Carapina (Governador Valadares)

As equipes de Governador Valadares retomaram suas implantações a partir de agosto, pois em julho a situação do município referente à covid 19 ainda estava muito delicada. Entretanto, no que concerne ao indicador número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa, é possível verificar um aumento considerável no caso do Fica Vivo! Carapina. Tal resultado tem como fatores explicativos: a) a realização de projetos locais por parte da equipe da equipe, tendo atendido um considerável número de jovens. Foram ao todo sete projetos no bimestre agosto/setembro. b) a realização de atendimentos individuais por parte da equipe, estes tendo sido potencializados tanto por uma maior circulação pelo território, como também proporcionados pelas oficinas do Programa.

Jardim Leblon (Belo Horizonte)

No trimestre julho/agosto/setembro, o Fica Vivo! Jardim Leblon é possível perceber um aumento considerável no número de jovens, quando se considera o quantitativo de oficinas implantadas (6 oficinas). A média mensal de jovens participantes de oficinas em agosto quando comparada ao mês de julho quase dobrou nesse período. Como fatores que podem ter contribuído para esse aumento estão: a) a implantação de duas oficinas em agosto, totalizando as atuais seis oficinas e b) o aumento gradativo da presença de jovens em algumas oficinas de esporte, mas também de cultura. O Jardim Leblon é um território em que há poucas alternativas para a juventude com relação ao lazer, o que pode ter contribuído para esse aumento sequencial da presença de jovens em oficinas.

Além disso, no que diz respeito ao indicador número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa é possível elencar pequenos projetos locais e atendimentos individuais como elementos que contribuíram para os índices obtidos nesse trimestre. A equipe vem se dedicado a aprofundar os laços com coletivos juvenis da comunidade, além de participar de projeto conjunto com o PMC envolvendo rodas de conversa com mulheres, com temáticas variadas relacionadas a gênero. Tem sido um momento interessante para as jovens que participam dessas rodas de conversa, sendo ofertado o espaço para um encontro intergeracional de mulheres, onde estas podem compartilhar suas experiências.

Morro Alto (Vespasiano)

No presente trimestre, a equipe, acompanhada pela supervisão e gestão social, vem dando sequência à reestruturação do trabalho do Programa no território. A equipe vem se debruçando numa aproximação com a juventude do território, que vem tendo como consequência a apresentação de projetos de oficinas por alguns jovens da comunidade. Nesse período aconteceram implantações de projetos de oficina capitaneados por jovens do território. Tal fator contribui bastante para uma atualização do Programa no Morro Alto, e possibilitando uma renovação no grupo de oficinairos/as. Tais elementos contribuem para que os indicadores referentes à média mensal de jovens participantes em oficinas e número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa estejam em um patamar dentro do esperado.

A articulação com a rede local continua também sendo de extrema relevância para atendimento aos/as jovens, tendo sido possíveis discussões de caso e encaminhamentos para a rede de proteção social.

Morumbi (Uberlândia)

O número de implantação de oficina no Fica Vivo! do Morumbi, permaneceu em cenário crítico, no presente trimestre. O contexto da pandemia em Uberlândia impactou o processo de retomada das oficinas, mas não foi o único a afetar o quantitativo e qualitativo de atendimentos do Programa no Morumbi (elementos já destacados em relatórios anteriores).

Nesse trimestre houve uma reestruturação do Planejamento de trabalho no Morumbi que conta com uma nova proposta de foco de intervenção e atuação. O Conjunto Integração formado por comunidades da área de abrangência (Joana D'arc e Dom Almir) e a ocupação Maná, estão sendo centros de direcionamento de ações e para tanto, estão sendo realizados trabalhos de diagnóstico, reaproximação das redes territoriais, levantamento de demandas e reestabelecimento de vínculos.

Assim, o Programa focou em ações de circulação territorial para encontros com os jovens e ampliou a divulgação comunitária de recebimento de projetos de oficinas, o que possibilitou que duas novas oficinas sejam implantadas

em outubro, objetivando atender públicos prioritários, até então não atendidos. Além disso, para outubro, com a viabilidade de oficinas esportivas, será retomada a oficina de futsal feminino.

Reflexo dessa mobilização e movimentação da equipe para (re)encontros com as juventudes, o indicador número acumulado de atendimentos, por sua vez, apresentou aumento no trimestre atual, se comparado aos trimestres anteriores. No primeiro trimestre foram 24 atendimentos, no segundo 18 atendimentos e no terceiro 45 atendimentos.

Vale ressaltar, que os fundamentos para centralizar os esforços no Integração e Maná, estão nas realidades territoriais que vêm demonstrando vulnerabilidades e situações de violências agravantes com precarização das redes de proteção. Diante disso, o bairro Morumbi permanece enquanto ponto de apoio da equipe na área de abrangência, pois localidade do CPC, mas a discussão sobre a permanência ou não nesse bairro é latente e reitera no Fica Vivo! a importante análise “área de abrangência versus área de atuação”.

Ressaca (Contagem)

No Fica Vivo! Ressaca, o número acumulado de atendimentos aumentou no mês de setembro, o que pode estar relacionado à reformulação do Plano de Retomada que autorizou o aumento de 12 para 20 jovens em oficinas de cultura. Além disso, a intervenção “Mapa Afetivo” que objetivou resgatar afetos, sentidos, significados, das convivências entre jovens e suas comunidades, aproximou a equipe das juventudes e ampliou ofertas de atendimentos.

No que se refere às oficinas, não houveram novas implantações, permanecendo ao longo de todo o trimestre com quantitativo de 03 oficinas. Esse contexto de estabilidade está relacionado à especificidade da estruturação de equipe no Fica Vivo! Ressaca, uma vez que temos um analista presencial e uma analista em trabalho virtual devido estar em período gestacional.

Diante desse cenário, em que um ponto estrutural e organizacional toca o metodológico, estão sendo construídas em supervisão, alternativas para que a analista participe e acompanhe o monitoramento das oficinas por meio de chamadas de vídeos.

Assim, no Ressaca, as implantações seguiram estáveis, pois de forma cuidadosa, gradual, processual, considerando os limites estruturais da equipe. Para o mês de outubro, uma nova oficina será implantada, o que vai proporcionar um aumento no indicador.

Vila Cemig (Belo Horizonte)

No referido trimestre, o Programa Fica Vivo! na Vila Cemig apresentou quantitativamente e qualitativamente, excelente desempenho nas ações ofertadas às comunidades e público atendido. Os efeitos das ações ultrapassam as categorias numéricas dos indicadores e reverberam em proximidade local, no vínculo territorial, que é o caminho para continuidade do trabalho com a participação social e efetiva segurança pública cidadã.

A melhora nos indicadores de saúde e flexibilização das medidas sanitárias, favoreceram as intervenções locais que vinham sendo planejadas e articuladas a compreender a nova realidade que inclui o universo digital e virtual. Ademais, com as redes locais mistas retomando seus atendimentos e se fazendo presentes nos territórios, os atendimentos do Programa foram ampliados, pois os diálogos e ações reestabelecidos, demonstrando a potência do trabalho coletivo.

No que refere às oficinas, no Fica Vivo! Vila Cemig, o número de implantações se manteve em estabilidade e no mesmo patamar do primeiro trimestre do ano, a saber:

1º Trimestre	JAN	FEV	MAR
Oficinas	4	5	5
Nº acumulado de atendimentos	66	67	68
3º Trimestre	JUL	AGO	SET
Oficinas	4	4	5
Nº acumulado de atendimentos	108	135	124

No entanto, se compararmos com o número acumulado de jovens atendidos, é possível verificar que houve variabilidade e aumento no terceiro trimestre do ano, em detrimento do primeiro, o que remete ao investimento da equipe em intervenções que vão além das oficinas, como os atendimentos individuais e projetos locais.

A média mensal de jovens participantes em oficinas também se manteve sem alterações significativas, se compararmos os dois trimestres, o que reforça que o diferencial do Programa na Vila Cemig estão sendo outras formas de atendimentos:

1º Trimestre	JAN	FEV	MAR
Média de Jovens em Oficinas	59	56	60
3º Trimestre	JUL	AGO	SET
Média de Jovens em Oficinas	34	61	69

O mês de julho representou um quantitativo mais baixo, o que pode estar atrelado ao retorno cauteloso das oficinas após o período crítico de Decretos municipais e estaduais mais rigorosos. Setembro, por sua vez, representou um aumento na média de participantes e o melhor quantitativo do ano (até o momento) o que pode estar relacionado à reformulação do Plano de Retomada das oficinas que autoriza o aumento de 12 para 20 jovens em oficinas de cultura.

Assim, a projeção para o próximo trimestre é de aumento no número de jovens participantes nas oficinas que já estão implantadas e aumento no número de oficinas a partir de novas implantações, abrangendo as esportivas, possíveis pelo novo Plano de Retomada formalizado pela Diretoria de Proteção da Juventude.

A perspectiva para os atendimentos individuais e projetos locais também é ascendente, pois contempla o trabalho com os resultados de ações inovadoras desenvolvidas nesse trimestre, como por exemplo a série de Podcast's: "Violências: porque eu preciso saber sobre o assunto?". Em parceria com o Programa Mediação de Conflitos, o Projeto do Centro de Prevenção, veiculou Podcast's informativos nos grupos virtuais das comunidades com as seguintes temáticas: "o termo violência", "violência estrutural", "violência sexual", "violência contra a mulher" e "violência institucional".

Dessa forma, o espaço virtual, que em diversos contextos se estabelece como reprodutor de violências, está sendo considerado meio e via de intervenção, abrindo caminhos para diálogos comunitários; mobilizando e engajando referências; fortalecendo vínculos territoriais; expandindo informações e acesso a direitos, bem como auxiliando na prevenção de diversas violências.

Turmalina (Governador Valadares)

Considerando o já citado retorno das oficinas em Governador Valadares no mês de agosto, cabe destacar o aumento relevante do número de jovens participantes em oficinas no período. O indicador média mensal de jovens participantes em oficinas em setembro corresponde a 73 jovens, praticamente o dobro do mês de agosto, correspondente a 37 jovens. No que diz respeito ao indicador número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa cabe colocar que, além do número elevado de participação nas oficinas nesse período, o número de atendimentos individuais num primeiro lugar, e os projetos de circulação em segundo lugar, favoreceram o número elevado deste indicador. Diante de toda situação exposta e do evidente comprometimento e inviabilidade de realização das oficinas em sua integralidade nas atuais condições pandêmicas, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.700	1.339,7
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2021) foram atendidos em média 1.339,7 jovens nas oficinas em execução até setembro de 2021, sendo a meta de 1.700 jovens não cumprida. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	MÉDIA 10º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA 11º PA
CABANA	0,0	32	46	52	43,3
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	0,0	34	61	69	54,7
JARDIM FELICIDADE	0,0	59	80	69	69,3
JARDIM LEBLON	0,0	44	85	86	71,7
MINAS CAIXA	-	-	-	-	-
MORRO DAS PEDRAS	0,0	55	66	107	76,0
PEDREIRA PRADO LOPES	0,0	66	112	117	98,3
PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	0,0	45	68	82	65,0
SANTA LÚCIA	0,0	45	70	87	67,3
SERRA	0,0	41	77	90	69,3
TAQUARIL	0,0	84	111	116	103,7
VILA PINHO	0,0	22	37	43	34,0
CITROLÂNDIA	0,0	0	0	0	0,0
JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	0,0	0	0	0	0,0
PTB	0,0	0	0	0	0,0
NOVA CONTAGEM	0,0	36	49	86	57,0
RESSACA	0,0	29	29	34	30,7
CARAPINA	0,0	0	43	48	30,3
TURMALINA	0,0	0	37	73	36,7
BETHÂNIA	-	-	-	-	-
OLAVO COSTA	0,0	0	34	35	23,0
CRISTO REI	-	-	-	-	-
SANTOS REIS	27,3	42	45	49	45,3
JUSTINÓPOLIS	0,0	43	51	73	55,7
ROSANEVES	-	-	-	-	-
VENEZA	0,0	34	49	68	50,3
PALMITAL	0,0	79	105	120	101,3
VIA COLÉGIO	0,0	81	98	127	102,0
JARDIM CANAÃ	-	0	10	29	13,0
MORUMBI	0,0	0	0	0	0,0
MORRO ALTO	0,0	24	48	53	41,7
TOTAL	27,3	895	1411	1713	1339,7

Para maior compreensão do processo de retomada das oficinas e as circunstâncias nas quais os atendimentos foram ofertados dos territórios durante o 11º PA, ver Indicador 2.1.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
5.301	9.525
Descrição do Indicador	
O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa: 1) <i>Atendimentos individuais</i>: são realizados pelos Analistas Sociais à adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos. 2) <i>Atendimentos Coletivos</i>: a) <i>Projetos de Oficinas</i>: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório. b) <i>Projetos Locais</i>: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório. c) <i>Projetos de Circulação</i>: se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório. d) <i>Projetos Institucionais</i>: são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Institucionais no período avaliatório. Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2021) o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi 9.525, sendo a meta de 5.301 cumprida.

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 6 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	7º AO 10º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	396	35	59	54	272
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	779	108	135	124	573
JARDIM FELICIDADE	470	67	98	81	358
JARDIM LEBLON	497	47	89	95	364
MINAS CAIXA	0	-	-	-	0
MORRO DAS PEDRAS	600	55	67	112	417
PEDREIRA PRADO LOPES	559	67	115	119	430
PRIMEIRO DE MAIO	0	-	-	-	0
RIBEIRO DE ABREU	465	50	73	82	335
SANTA LÚCIA	483	47	77	97	352
SERRA	401	45	85	99	315
TAQUARIL	880	88	116	122	603
VILA PINHO	816	56	136	68	538
CITROLÂNDIA	488	0	4	0	246
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	-	-	-	0
JARDIM TERESÓPOLIS	191	0	2	5	99
PTB	386	0	0	0	193
NOVA CONTAGEM	433	37	50	88	304
RESSACA	437	51	39	57	292
CARAPINA	791	8	114	111	512
TURMALINA	743	3	53	97	448
BETHÂNIA	0	-	-	-	0
OLAVO COSTA	594	0	34	38	333
CRISTO REI	0	-	-	-	0
SANTOS REIS	639	45	51	49	392
JUSTINÓPOLIS	412	47	57	76	296
ROSANEVES	0	-	-	-	0
VENEZA	409	35	56	72	286
PALMITAL	878	82	107	121	594
VIA COLÉGIO	819	84	108	141	576
JARDIM CANAÃ	151	20	26	59	128
MORUMBI	129	13	19	13	87
MORRO ALTO	232	28	50	54	182
TOTAL	14078	1118	1820	2034	9525

Para melhor contextualização sobre a situação de alguns territórios, ver discussão estabelecida no indicador 2.1

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
156	288
Descrição do Indicador	
Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS. Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica: 1) reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com os gestores sociais de Base Local e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra. 2) reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a gestão social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste espaço, quanto do desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE.	

3) reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação dos gestores sociais de Base Local, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPCs, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE.

Este indicador será calculado pelo somatório das ações de intervenções estratégicas nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2021) foram realizadas acumuladamente 288 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 156, foi realizado 185% do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	7º AO 10º PA	JULHO		AGOSTO			SETEMBRO			TOTAL
		GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	RP- GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	
CABANA	18	1	0	1	0	1	1	1	0	14
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	11	1	1	1	0	0	1	0	0	9
JARDIM FELICIDADE	6	0	0	1	1	1	1	0	0	7
JARDIM LEBLON	11	0	0	1	0	0	1	1	1	9
MINAS CAIXA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MORRO DAS PEDRAS	28	2	0	2	2	0	2	0	0	23
PEDREIRA PRADO LOPES	13	1	1	1	0	0	1	0	0	12
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RIBEIRO DE ABREU	11	0	0	1	1	1	1	0	0	9
SANTA LÚCIA	7	1	1	1	0	0	1	0	0	8
SERRA	10	1	0	1	0	0	1	1	0	8
TAQUARIL	9	1	0	1	0	0	0	1	0	7
VILA PINHO	14	1	1	0	0	0	1	0	0	10
CITROLÂNDIA	11	1	0	0	1	1	0	0	1	10
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	13	0	0	0	1	1	0	0	1	10
PTB	11	1	0	1	1	0	1	0	1	11
NOVA CONTAGEM	10	1	1	1	0	0	0	1	0	8
RESSACA	8	1	1	0	0	0	1	1	0	7
CARAPINA	13	1	0	1	1	1	1	0	0	12
TURMALINA	11	1	0	1	1	1	1	0	0	11
BETHÂNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OLAVO COSTA	15	1	0	1	0	0	1	1	1	13
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	11	0	1	1	0	0	1	1	1	9
JUSTINÓPOLIS	11	1	1	1	0	0	1	1	1	11
ROSANEVES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ENEZA	12	1	1	1	0	0	1	1	1	12
PALMITAL	13	1	1	1	0	0	1	1	0	11
VIA COLÉGIO	18	1	1	1	0	0	1	1	1	15
JARDIM CANAÃ	1	1	0	1	1	1	1	0	0	6
MORUMBI	10	1	0	1	1	1	1	0	0	12
MORRO ALTO	16	2	0	1	1	1	1	0	0	14
TOTAL	322	24	11	24	12	10	24	12	9	288

A partir do estabelecimento de diretrizes entre as Unidades de Prevenção à Criminalidade e GEPAR as reuniões são estabelecidas com o objetivo de aprimorar a atuação conjunta, a convivência e articulação visando maior eficácia das ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos das áreas

atendidas. Nesses espaços devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e criminalidade para favorecer a construção, avaliação e o monitoramento de ações conjuntas na promoção da qualidade de vida e segurança local.

A partir da assinatura do V Aditivo ao Contrato de Gestão, a ação "Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica" passou a compor o Indicador 2.4 do Programa Fica Vivo! "Número acumulado de ações de intervenção Estratégica realizadas por meio do Programa Fica Vivo!". Essas reuniões se somam às ações "Reunião mensal com GEPAR" e "Participação da gestão social representando a proteção social nos GIEs", a partir do mês de agosto de 2021. Nos documentos elaborados a partir das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica, a Gerência de Intervenção Estratégica alinha as pautas que serão apresentadas pela proteção social, avaliando os principais pontos das discussões da dinâmica e as ações desenvolvidas pela Proteção Social por intermédio dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos para responder a cada uma das demandas apresentadas pela dinâmica social das violências e criminalidade de cada território.

Conforme indicado, das 156 reuniões necessárias entre as 27 Unidades de Prevenção e o GEPAR e também nos GIEs (preparatórias e ordinárias) foram realizados 288 (185%) encontros **no período de julho a setembro de 2021**. Enquanto ponto de observação destaca-se a continuidade do cenário positivo apresentado no período avaliatório anterior, com a manutenção de um número considerável de reuniões realizadas. As sinalizações sobre a importância dessa parceria e o sentido da realização dessas interlocuções foram de suma importância para o processo de maior cuidado e priorização dessas atividades pelos Gestores Sociais, dado o escopo de efetividade esperado nessa troca e a complexidade das pautas que devem ser contempladas nas reuniões com o objetivo de favorecer uma atuação conjunta entre a repressão qualificada e a proteção social.

Ao analisar os fatores/desafios que justificaram a não realização das reuniões com o GEPAR no período avaliatório, verifica-se que principal justificativa é a “ausência do comandante do GEPAR: troca de comando/férias/licença médica” (50%), seguida de “indisponibilidade de agendas dos atores envolvidos nessa interlocução” (22%), “ausência da Gestão Social: férias, licença médica” (14%) e, por último, “documento inválido por falta de assinatura por parte do Gepar” (14%). Pontua-se que essa última situação se relaciona a momentos em que as reuniões foram realizadas, porém, por motivos diversos, não foi possível coletar a assinatura posterior dos atores. Tal situação, inclusive, já vem sendo trabalhado com os profissionais da política de prevenção para que seja superado. Destaca-se que no mês de setembro em dois territórios não foi possível a realização dos encontros. E em um território a reunião ocorreu, mas não foi possível que o comandante do Gepar assinasse a ata em tempo hábil.

As Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorrem nos dias que antecedem as agendas das reuniões do GIE, as reuniões geralmente são bimestrais ou podem ainda sofrer remanejamentos de datas, nesse sentido não são todas as unidades que estarão registradas em cada Período Avaliatório do Relatório Gerencial, apenas as unidades em que as agendas coincidirem com a produção do Relatório Gerencial de cada Período Avaliatório. Como essa reunião começou a compor o indicador a partir de agosto de 2021, ocorreram um total de 19 Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica, entre as 28 Unidades de Prevenção. O número esperado de reuniões para os meses de agosto e setembro, correspondem a 100% dos encontros previstos. Porém, a partir dos próximos Períodos Avaliatórios será possível avaliar situações adversas que não ocorreram neste primeiro momento³.

No que refere as reuniões do GIE, destaca-se que houve 11 reuniões no mês de julho e um quantitativo um pouco maior nos meses subsequentes - 12 em agosto e 12 em setembro.

Por fim, reforça-se a necessidade de qualificação das discussões realizadas nesses espaços enquanto parte fundamental para desenvolvimento do trabalho da Política de Prevenção e construção de estratégias de intervenção nos fenômenos de violência e criminalidade.

³ Ressalta-se que é necessário qualificar com o tempo o modelo que melhor atende o registro da Ata das Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica. Algumas gestoras sociais indicaram as áreas prioritárias como tópicos, outras colocaram de forma mais detalhada e descreveram, e ainda houve quem colocasse o texto de apresentação. As gestoras enfatizaram os retornos das oficinas nos territórios por ser uma informação relevante, devido a qualidade das leituras e possibilidades de intervenção da Proteção Social que se fortalecem com a presença dos oficinasineiros atendendo os jovens e as equipes do programa Fica Vivo!. As atas também indicam as intervenções do Programa Mediação de Conflitos e as articulações em rede. A construção das pautas é pensada para contrapor a Repressão Qualificada do GEPAR com a Proteção Social, valorizando uma outra abordagem para o enfrentamento das violências e criminalidades nos territórios.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
450	373
Descrição do Indicador	
O Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do acompanhamento de adolescentes que concluíram, ou estão em processo de desligamento das medidas de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo o programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades: <i>1) Modalidades no pré-desligamento:</i> a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados pelos Analistas Sociais aos adolescentes em processo de desligamento. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga. b) Oficinas Introdutórias: oficinas de apresentação do Programa destinadas a todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação nas Unidades Socioeducativas com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso ao Programa Se Liga. c) Oficinas Temáticas Internas: oficinas com diferentes temáticas que ocorrem nas Unidades Socioeducativas destinadas aos adolescentes em processo de desligamento que remetam ao período pós-desligamento, de forma a despertar o interesse deste público específico pelo Programa Se Liga. d) Oficinas Temáticas Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade. e) Atividades culturais: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaxamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção. f) Ações com familiares: ações que proporcionam espaços de fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e as famílias frente aos entraves que fragilizam os laços entre eles, como a distância entre a residência e a Unidade, por exemplo. <i>2. Pós-desligamento</i> a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados aos adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo a partir de escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem após o desligamento e o estudo dos efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e subjetivos. b) Oficinas: são estratégias pontuais de atividades coletivas, sempre orientadas por temáticas que tangenciam as possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, como profissionalização, trabalho e renda, por exemplo. Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima. Nas modalidades coletivas, será considerada a quantidade de participantes em cada atendimento realizado.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) foram realizados acumuladamente 373 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 450, atingiu-se 83% do estabelecido.

Os impactos causados pela pandemia da COVID 19 na realidade de trabalho do Programa e na vida dos jovens acompanhados é uma lacuna permanente. No entanto, pode-se apontar que o avanço da vacinação no Estado, a flexibilização das atividades presenciais, a retomada das contratações pelo comércio e o reaquecimento do mercado de trabalho, agregados à realidade financeira dos egressos acompanhados, evidencia o aumento das demandas de encaminhamento para vagas de emprego/currículo direcionadas ao Programa. Tais acionamentos propiciaram o aumento no número de atendimentos acumulados, em comparação aos períodos avaliatórios anteriores, mas que ainda não possibilitou que a meta do trimestre fosse alcançada.

Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão	
<i>Tipos de atendimentos</i>	<i>Nº</i>
Atividade de Apresentação	23
Atendimento Individual	71
Oficinas Temáticas INTERNAS à Unidade	0
Oficinas Temáticas EXTERNAS à Unidade	0
Atividade Cultural	0
Atividade com Familiares	1
Total	95
Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga	
Atendimento Individual	272
Atendimento em Oficina	6
Total	278
Total Geral	373

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.2. Percentual de adesão do Egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
30%	4,3%
Descrição do Indicador	
O Programa Se Liga acompanha os adolescentes que concluíram a medida de semiliberdade ou internação, constituindo-se como oferta de um dispositivo na cidade no qual o adolescente se vincula por adesão voluntária. É um espaço que tem por premissa acolher o adolescente e seus impasses com a liberdade, trabalhando a relação deste com suas escolhas e sua rede de proteção. Neste sentido, opera-se de modo a corroborar com a construção de alternativas ao ato infracional, podendo envolver a continuidade das ações iniciadas e/ou apontadas pela Unidade de semiliberdade e internação, assim como novas escolhas do adolescente que surgem diante do desligamento da medida. Para tanto, os analistas precisam construir uma vinculação do adolescente ao Programa, justamente porque as intervenções dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Desta forma, este indicador visa avaliar a adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga. Para fins deste indicador, o percentual de adesão será calculado pelo número de adolescentes que foram atendidos em qualquer das modalidades do pré-desligamento sobre o número de adolescentes incluídos em qualquer das modalidades do pós-desligamento.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório (julho a setembro) o Programa incluiu 13 adolescentes para acompanhamento. Isso representa 46,4% do total auferido em todo ano de 2020 quando foram incluídos 28 adolescentes. O percentual observado para o período avaliatório, 4,3%, ficou muito abaixo da meta estabelecida de 30% de adesão de egressos do sistema socioeducativo ao Programa Se Liga.

Concernente ao percentual de adesão de egressos ao Programa, cabe registrar que, para além das alterações oriundas do contexto de pandemia que vivenciamos, que acarreta em diversas limitações no campo de execução do trabalho e impossibilita a efetivação de atividades presenciais dentro das unidades socioeducativas, a parceria com essas instituições têm se apresentado como um desafio ao Programa. Os acionamentos para estudos de

casos e apresentação do Se Liga para os acautelados em processo de finalização da medida, não propiciam a construção conjunta para o desligamento, como também não fomenta o entendimento pré-egresso sobre o Programa, fragilizando assim a vinculação deste ao Se Liga pós cumprimento da medida.

Importante destacar que a recabibragem dessa meta não é suficiente para harmonizar a expectativa de execução com a realidade de atuação do Programa. Conforme exposto, a inviabilidade de acessar e atender os jovens dentro das Unidades Socioeducativas prejudica sobremaneira a capacidade do Se Liga promover maior vínculo e adesão dos jovens, bem como melhor fluxo do Programa com as unidades. Em função disso, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
288	697
Descrição do Indicador	
As articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada à estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos. O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados. Para fins deste indicador, deverão ser considerados: 1) Estudos de casos realizados pela equipe técnica junto à Unidade Socioeducativa antes do desligamento dos adolescentes. 2) Articulações entre a equipe e as Unidades Socioeducativas para a construção dos atendimentos a serem realizados na Unidade em qualquer modalidade. Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas nas modalidades acima.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 31/06/2021) foram realizados acumuladamente 697 ações estratégicas junto as Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 288, o programa superou em muito o estabelecido.

Sobre o número acumulado de ações estratégicas junto às unidades socioeducativas cabe registrar que os acionamentos têm ocorrido, em sua grande maioria, pela equipe do Programa, uma vez que é importante conhecer a trajetória e acessar os adolescentes e jovens egressos das medidas de internação e semiliberdade.

Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

Tabela 9 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas	
Tipos de ações	Nº
Articulações entre a Equipe e as Unidades Socioeducativas	581
Estudo de caso	116
Total	697

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
38.531	29.458
Descrição do Indicador	
Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Para fins deste indicador serão contabilizados: 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais; 2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores; 3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença; 4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença. 5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Como de costume, de forma prévia à análise dos indicadores do programa, é preciso destacar alguns elementos que contextualizam a execução do trabalho neste trimestre.

No que diz respeito ao cenário de saúde pública, observou-se o não agravamento da pandemia de COVID-19, com certa estabilidade se comparado a momentos anteriores, e consequente manutenção do trabalho presencial durante todo o período. Assim, o acesso do público às Unidades está em crescimento e exige organização condizente com os cuidados prescritos pelas autoridades de saúde. Pelo mesmo motivo, foi notória a abertura de serviços e instituições em todos os municípios, o que gerou avanço na retomada do cumprimento das alternativas penais, em especial de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ensejando novas possibilidades de articulação de rede.

Ainda nesse sentido, ressalta-se que o Sistema de Justiça Criminal – inclusive nos municípios que ainda mantinham a suspensão das alternativas penais – fomentou a retomada dos cumprimentos, respeitando os critérios de saúde pública. Contudo, ainda se observa redução de encaminhamentos de novos casos ao programa, quando comparado aos parâmetros usuais. Esse fato é trabalhado pela Gestão Social de forma alinhada à Diretoria de Alternativas Penais mediante diagnósticos e articulações condizentes com cada realidade, no intuito de impulsionar a porta de entrada nas Centrais.

O programa, então, permaneceu investindo na execução e monitoramento das alternativas penais com significativo progresso na realocação das pessoas na rede parceira para continuidade do cumprimento de PSC – que se mostrava bem mais desafiadora nos últimos meses. Além disso, as atividades que aconteciam desde 2020 em formato virtual já estão sendo desenvolvidas de forma presencial, quando possível e pertinente ao contexto que ainda inspira cuidados. Os grupos reflexivos já estão sendo desenvolvidos nessa lógica, em espaços físicos pertinentes e com atividades adaptadas ao novo cenário. As ações de rede in loco também foram retomadas a partir dos mesmos critérios, aumentando as possibilidades de articulação da equipe técnica junto à rede de alternativas penais.

Com isso, percebe-se uma retomada progressiva das ações do programa, que avança a cada período para o reestabelecimento de seus parâmetros metodológicos, sem desconsiderar os impactos positivos da virtualização nas frentes de trabalho realizadas, que oportunizaram o acesso do público à CEAPA de forma irrestrita e fortaleceram os vínculos com a rede mesmo em cenário desafiador.

Isto posto, coube à Supervisão Metodológica acompanhar e construir junto às equipes as adequações necessárias e possíveis para cada município, a partir de espaços individuais e suporte permanente.

Por fim, também nesse período, destaca-se que nos meses de agosto e setembro ocorreram contratações de Analistas Sociais pelo Convênio Federal e reposições de vagas de profissionais que se encontram no bojo do Contrato de Gestão Estadual. Tais profissionais foram capacitados sobre a estrutura na qual a CEAPA se baseia e atua, com aprofundamento das noções introdutórias da pauta das alternativas penais, bem como foram orientados de forma detalhada sobre a aplicação da metodologia do Programa.

Portanto, é fundamental analisar os indicadores considerando esse contexto e os ajustes que ainda são constantes no desenvolvimento deste trabalho.

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) foram realizados acumuladamente 29.458 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 38.531, atingiu-se 76% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA					
UPC	7º AO 10º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	-	-	-	-	-
BELO HORIZONTE	6550	695	800	830	6062
BETIM	2771	226	246	211	2201
CONTAGEM	2000	293	227	284	2027
DIVINÓPOLIS	2053	184	159	154	1620
GOVERNADOR VALADARES	1699	172	199	203	1670
IBIRITE	946	90	131	188	974
IPATINGA	2626	280	296	296	2151
JUIZ DE FORA	3598	300	370	320	2988
MONTES CLAROS	1700	220	231	255	1627
R. DAS NEVES	1818	278	303	247	2037
SANTA LUZIA	1558	123	119	143	1295
SETE LAGOAS	1939	205	152	166	1529
UBERABA	1507	155	161	153	1275
UBERLÂNDIA	2355	230	243	237	2002
VESPASIANO	-	-	-	-	-
TOTAL	33120	3451	3637	3687	29.458

Apesar do não alcance da meta acumulada para esse período avaliatório, destaca-se que o referido indicador de número acumulado de atendimentos do Programa tinha como meta trimestral a realização de 9.545 atendimentos. Neste período foram realizados pela CEAPA 10.775, ou seja, a meta foi alcançada e superada em 12,8%.

O desenvolvimento dos atendimentos nesse trimestre ocorreu de acordo com a progressão relatada em meses anteriores considerando, principalmente, o avanço na retomada das alternativas penais de Prestação de Serviços à Comunidade. A rede parceira se mostrou cada vez mais aberta para receber os casos e a acomodação dos cumpridores nas instituições – que ainda apresenta desafios importantes – avança gradativamente.

Outro fator relevante para a análise desse indicador é a ampliação de ações presenciais no programa, que individualmente já estavam sendo executadas nesse formato, e neste trimestre também se iniciou a retomada do desenvolvimento das intervenções grupais nesses moldes. Ainda nesse sentido, avalia-se que o afrouxamento de restrições sanitárias severas, e o consequente aumento da circulação de pessoas em geral, fez com que o público da CEAPA também voltasse a comparecer espontaneamente à Unidade em maior escala.

Destaca-se, ainda, que em agosto e setembro ocorreu a contratação de analistas pelo Convênio Federal, o que gerou repercussão positiva na execução dos atendimentos desse período, mas entende-se que esse efeito será melhor percebido nos próximos meses, tendo em vista a introdução gradativa dos recém-chegados às ações metodológicas.

Por fim, conforme explicitado em relatórios anteriores, para analisar tal desempenho, faz-se necessário registrar que o Indicador I é composto por cinco modalidades de atendimentos realizados pelo Programa e, sendo assim, reflete frentes de trabalho diversas que podem oscilar de acordo com a realidade de cada município e está suscetível, em diferentes escalas, aos impactos de ações da CEAPA, de terceiros, ou de força maior – como ocorreu no período em análise.

Considerando tal complexidade, é importante analisar a execução do indicador a partir das modalidades desenvolvidas:

- a. Atendimentos individuais de inscrição: No que toca os atendimentos de inscrição, observa-se um aumento gradual de encaminhamentos de novos casos ao Programa, a partir da ampliação de

audiências realizadas pelo Sistema de Justiça Criminal, bem como do investimento da Gestão Social em articulações que impulsionassem as inscrições.

- b. **Atendimentos individuais de acompanhamento:** nesse trimestre foi dada sequência à retomada gradual do cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade, sem que houvesse suspensão dessa alternativa penal em decorrência da pandemia de COVID-19. O quantitativo de casos em cumprimento se avulta cada vez mais, o que impacta no crescimento dos atendimentos de acompanhamento tendo em vista o monitoramento mensal. Somado a isso, nos casos em que ações coletivas não foram possíveis, se construiu intervenções individuais que compuseram esta modalidade. Além disso, certo número de casos ainda permanece aguardando posicionamento do Poder Judiciário acerca da Orientação Técnica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que faz com que as atualizações mensais não se deem necessariamente via atendimentos com intervenções, mas sim, via contatos e acompanhamentos processuais.
- c. **Atendimentos Grupais de PSC:** diante do avanço do trabalho no âmbito da PSC, que ainda acontece em cenário crítico, também nesse trimestre se observa a retomada da execução dos Grupos de Inicialização e Grupos de Acompanhamento para os casos que reingressaram no cumprimento da PSC, e do Grupo Introductório para os casos que cumprem pena restritiva de direitos por comércio ilegal de drogas.
- d. **Atendimentos Grupais de PEAP; e Atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa:** conforme se sabe, até então os Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAP) estavam sendo realizados exclusivamente na modalidade virtual. Entretanto, nesse período, se observou a retomada dos grupos em formato presencial, adaptados à nova realidade, o que oportunizou maior alcance às pessoas e ampliou as possibilidades técnicas na execução dessas alternativas penais; dessa forma, durante os três meses ocorreu execução virtual e presencial. Além disso, a quantidade de participantes por grupo aproximou-se de sua regularidade e o número de encontros de cada temática foi novamente reajustado para o parâmetro padrão do programa, em alinhamento com as demais ações que pouco a pouco retomam sua referência metodológica. Ainda é preciso destacar que a execução de grupos segue fundamentada na efetividade e qualidade das intervenções mesmo com a já citada virtualização.

A partir da análise empreendida, é importante destacar a frequente expressão dos Atendimentos de Acompanhamento para o indicador que, neste trimestre, contribuíram significativamente para o alcance da meta.

Isto posto, destaca-se algumas Centrais:

Montes Claros: No terceiro trimestre do ano vigente, observa-se, nesse município, aumento significativo no número de atendimentos grupais na modalidade da Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). A equipe retomou a execução dessa frente de trabalho e efetuou três Grupos de Inicialização e dois Grupos de Acompanhamento. Somado a essa prática, também é notável o aumento expressivo de atendimentos na perspectiva dos Projetos de Execução de Alternativa Penal, tendo ocorrido a abertura de grupos de Trânsito e Ações de Responsabilização com Homens na Lei Maria da Penha e ainda continuação da realização de encontros nesse período, mas de grupos iniciados no trimestre anterior. Quanto às modalidades de Atendimento Individual de Inscrição e de Atendimento Individual de Acompanhamento, nota-se uma ampliação do mês de julho para o mês de agosto, bem como é perceptível uma estabilidade deste mês para o de setembro. No tocante a modalidade de Atendimento de Inscrição, partindo de uma leitura do ano, esse foi o trimestre com maior entrada de novos casos, materializando o retorno das audiências e encaminhamentos do Poder Judiciário.

Ribeirão das Neves: para justificar o desempenho do município no indicador, além dos atendimentos de acompanhamento e aqueles realizados no âmbito das Ações de Responsabilização, faz-se necessário destacar o exponencial quantitativo de Atendimentos de Inscrição, em agosto e setembro, provenientes da aplicação de Acordo de Não Persecução Penal. Dos 141 casos inscritos no trimestre, 39 foram encaminhados pelo Poder Judiciário através do referido instituto jurídico. Tal fato pode revelar a preferência de aplicação do Acordo a determinados delitos ou mesmo ser reflexo de represamento de casos na vara competente. Assim, merecerá atenção nos próximos meses para que os efeitos por ora sentidos sejam alinhados à atuação do Programa no município.

Sete Lagoas: Neste município, além dos atendimentos grupais realizados através da execução de PEAPs, teve grande destaque no indicador os Atendimentos Individuais de Inscrição. Isso porque todos os Juízos parceiros da comarca encaminharam casos para início de cumprimento de Alternativas Penais. Foram recebidos 81 casos no período – o que corresponde a 57% das inscrições realizadas no ano. Assim, pode-se afirmar que a ampliação dos procedimentos judiciais impactou o indicador em Sete Lagoas.

Uberlândia: O município em destaque apresentou aumento expressivo de algumas modalidades que compõem o Indicador 1 nos meses referentes a esse período avaliatório. Quando observado de modo mais minucioso, se sobressai o avanço e frequência de práticas grupais no âmbito dos Projetos de Execução de Alternativas Penais, em especial nas temáticas de Drogas – com dois grupos iniciados - e Ação de Responsabilização com Homens no âmbito da Lei Maria da Penha – com a abertura de um grupo. Oportunamente, cabe pontuar que o grupo com

homens já acontece presencialmente e os grupos de drogas se dividem em um sendo realizado de modo presencial e outro na modalidade virtual, conforme ainda é possível construir metodologicamente diante da demanda do Programa e organização da equipe. Também na esfera grupal, mas na perspectiva da PSC, neste trimestre aconteceu a execução de dois Grupos de Acompanhamento com casos oriundos da Justiça Federal, haja vista a decisão deste juízo para a contabilização do período da pandemia como efetivo cumprimento, bem como a consequente reinserção na rede daqueles que ainda restam horas. Seguindo ainda nesse indicador, o Atendimento Individual de Acompanhamento é a terceira modalidade a mostrar números que indicam processo de expansão dessa frente. Nos meses de agosto e setembro se manteve em estabilização, representando o trabalho da equipe junto ao público para a retomada do cumprimento e intervenções diante das irregularidades e demandas dos casos. Por fim, insta ainda chamar a atenção para o número de Atendimento Individual de Inscrição, que diz dos novos casos no Programa e se relaciona diretamente com a retomada do funcionamento dos órgãos encaminhadores na esfera do Sistema de Justiça.

Por fim, importante destacar que foi verificado uma inadequação na fórmula de cálculo desse indicador a ser discutida na Comissão de avaliação.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
72%	76,9%
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2021) o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 76,9%. Considerando que a meta estabelecida foi de 72%, o programa ultrapassou o estabelecido para o indicador. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 11 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial			
	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	0	0	0,0%
BELO HORIZONTE	430	494	87,0%
BETIM	42	67	62,7%
CONTAGEM	134	160	83,8%
DIVINÓPOLIS	10	15	66,7%
GOVERNADOR VALADARES	31	49	63,3%
IBIRITE	22	25	88,0%
IPATINGA	76	87	87,4%
JUIZ DE FORA	56	132	42,4%
MONTES CLAROS	48	60	80,0%
R. DAS NEVES	57	75	76,0%

SANTA LUZIA	23	57	40,4%
SETE LAGOAS	33	36	91,7%
UBERABA	36	50	72,0%
UBERLÂNDIA	38	41	92,7%
VESPASIANO	0	0	0,0%
TOTAL	1.036	1.348	76,9%

Quanto a isso ao cumprimento da meta, é importante destacar que a oscilação reflete as finalizações do acompanhamento dos casos em cada período. Assim, torna-se relevante analisar as intervenções do Programa que contribuíram para o adimplemento das Alternativas Penais monitoradas.

Inicialmente, destaca-se que, dado o cenário de saúde pública mais estável e favorável ao cumprimento das penas, as intervenções de regularização foram intensificadas pelas equipes técnicas. Através da utilização de diversos meios de contato (WhatsApp, ligações telefônicas e cartas), a CEAPA investiu na (re)inclusão do público na rede de Alternativas Penais, promoveu maior volume de ações coletivas de cumprimento e impulsionou frequente monitoramento das penas. Além disso, a diversidade de intervenções e possibilidades de cumprimento, proporcionou construções que impactaram vigorosamente no indicador.

A permanência dos Projetos de Execução de Alternativas Penais em formato virtual, permitiu a aderência do público ao cumprimento e favoreceu as intervenções em risco criminal promovidas pelas equipes técnicas. Por outro lado, a ampliação da execução desta Alternativa Penal em modalidade presencial, resguardadas as medidas de segurança em saúde, proporcionou ao público carente de recursos o avanço no cumprimento. Por isso, ainda que a CEAPA esteja cada vez mais voltada à execução presencial das ações, o formato híbrido de intervenções favoreceu intensamente o desempenho no indicador.

Outrossim, é importante frisar que, no período em análise, a rede parceira mostrou-se mais segura e com condições de ampliar o recebimento de pessoas com alternativa penal de Prestação de Serviços à Comunidade. O fato permitiu que o público com penas prestes a serem finalizadas ou mesmo aquelas mais curtas, desse andamento aos trabalhos e, assim, contribuiu, efetivamente, para maior índice de cumprimento – o que elevou o indicador.

Além disso, ainda é possível perceber o impacto da decisão favorável dos Juízos à Orientação Técnica emitida pelo CNJ em 27 de abril de 2020 - que versa sobre a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento das Alternativas Penais. Os procedimentos judiciais ainda estão sendo realizados nas comarcas para a conclusão dos processos e, assim, seguem tendo efeito catalisador de casos baixados por cumprimento integral.

Por todo o exposto, torna-se evidente que o atingimento da meta sofreu a influência de fatores diversos e teve destaque nos seguintes municípios:

Belo Horizonte: conforme explicitado em relatório anterior, a importante adesão do público ao formato virtual dos grupos executados contribuiu fortemente para a integralidade dos cumprimentos nessas modalidades de alternativa penal. Somado a isso, ocorreram no período 160 baixas por cumprimento integral de PSC e PEAP diante da adesão do Juizado Especial Criminal à Orientação Técnica do CNJ. Dessa maneira, a meta estipulada para o período foi superada em 18%.

Ibirité: O trimestre do qual trata esse relatório ainda foi marcado, neste município, por dois motes já presentes no período anterior. O primeiro, refere-se ao posicionamento favorável do Poder Judiciário no que tange a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento - que provocou a baixa de casos de Prestação de Serviços à Comunidade provenientes da Vara de Execuções Penais. E o segundo diz da regularidade e comprometimento do público com os grupos e o consequente cumprimento integral da determinação judicial na modalidade de Projeto de Execução de Alternativa Penal / Ação de Responsabilização para Homens no âmbito da Lei Maria da Penha. Insta destacar que nos meses de julho e agosto não foram efetuados descumprimentos.

Sete Lagoas: neste município, o indicador sofreu influência direta da realização de Projetos de Execução de Alternativas Penais. Isto porque, todos os casos inseridos em grupos sobre Drogas (virtual e presencial), realizados em julho e agosto, cumpriram integralmente a alternativa penal. Além disso, casos autuados pelo mesmo delito e, que, por demandas específicas seguiam em intervenções individuais, igualmente, foram baixados por cumprimento integral em setembro.

Uberlândia: os índices do município apontam para uma alta porcentagem de cumprimento de Alternativas Penais, não somente no trimestre do qual trata esse relatório, mas também no panorama do ano vigente. Como elemento que justifica esse dado, observa-se a frequência de execução de grupos e o encerramento desses com boa adesão e cumprimento do público participante. Como exemplo, tem-se o mês de setembro, que contou com 19 baixas feitas, das quais 18 foram cumprimentos de PEAP e Medida Protetiva de Urgência em espaços grupais de Ação de Responsabilização para Homens no âmbito da Lei Maria da Penha.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2.247	4.125
Descrição do Indicador	
O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais. Este indicador objetiva mensurar as ações do CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõe essa rede. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados: 1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais; 2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade; 3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais. 4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais. 5) Visitas de captação de novos parceiros; 6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social; 7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) foram realizadas acumuladamente 4.125 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 2.247, o objetivo foi alcançado mais que integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 12 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio					
UPC	7º AO 10º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	-	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	4218	106	62	78	1057
BETIM	1621	14	29	4	228
CONTAGEM	1363	23	14	20	329
DIVINOPOLIS	1293	19	15	15	224
GOVERNADOR VALADARES	1238	14	19	23	179
IBIRITE	742	35	35	35	311
IPATINGA	1631	39	26	26	370
JUIZ DE FORA	2240	22	18	26	244
MONTES CLAROS	1031	12	17	15	170
R. DAS NEVES	1311	27	12	17	286
SANTA LUZIA	993	11	19	18	169
SETE LAGOAS	1060	22	27	18	293
UBERABA	929	17	13	12	114
UBERLÂNDIA	1451	17	16	14	151
VESPASIANO	-	-	-	-	0
TOTAL	18.661	378	322	321	4125

O terceiro indicador pode ser compreendido, resumidamente, como a somatória de articulações com a rede de Proteção Social, rede de Alternativas Penais, Sistema de Justiça, Poder Executivo, dentre outras possibilidades emergentes em cada contexto municipal, que carregam em seu cerne o desenvolvimento de fluxos e ações voltadas para o trabalho no campo das alternativas penais. Dentro dessa perspectiva, insta moderar que essa frente de trabalho comporta uma gama de ações, tais como: visitas às instituições, promoção de encontros de rede, espaços de discussão de casos e participação em espaços instituídos nos quais são abordados temas transversais ao trabalho.

É necessário registrar que as metas deste indicador também foram reajustadas de modo que a expectativa de execução esteja alinhada ao contexto pandêmico e seus desdobramentos. Assim, o presente indicador ostentou uma superação da meta trimestral, que é representada pelo montante de 1.021 articulações junto à rede, desenvolvendo 6,91% a mais do que o total de 955 ações pactuadas para o período.

Para uma leitura dos contextos nos quais esse número se origina, e a fim de possibilitar melhor entendimento dos fenômenos que compõem o cenário do trabalho em rede, é imprescindível elencar pontos que marcaram esse período e conduziram não somente ao alcance da meta, como também a superação dessa.

O primeiro ponto de destaque diz respeito a retomada gradual do cumprimento das Alternativas Penais na modalidade da Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) mediante o avanço da vacinação contra a COVID-19 e a flexibilização de funcionamento das instituições seguindo os planos municipais onde as Centrais estão localizadas. Nesse sentido, as equipes se dedicaram à organização e prática de agendas de visitas às entidades que reabriram, objetivando a efetivação de diálogo e construções com finalidade de promover acompanhamento qualificado do público nesse novo momento de retorno ao cumprimento.

Também como ações que se destacaram, tem-se a realização de visitas para fins de captação de novas parcerias para recebimento do público da PSC. Após meses de suspensão de atividades, considerável número de instituições não conseguiu promover a organização necessária para a realização integral de seu trabalho/funcionamento, o que tem gerado impacto também na continuidade do cumprimento da PSC nesses locais. As equipes, como meio para contornar essa situação limitadora para o cumprimento, promoveram trabalho de mapeamento e captação de novas parcerias e, seguindo diretrizes metodológicas pautadas pela supervisão, visitas às instituições e diálogos in loco com os responsáveis - que marcaram esse processo.

Ainda no referido trimestre, outra modalidade de atuação junto a rede ganhou ênfase em sua execução e fomentou os números apresentados neste indicador, os Encontros de Rede, que se caracterizam como espaços plurais e férteis para a tratativa da pauta das Alternativas Penais e a atuação da CEAPA. Sua composição permite a consolidação de momentos de diálogo horizontalizado, induz a construção de estratégias, fluxos, leituras coletivizadas e alinhamento de aspectos fundamentais para o monitoramento e acompanhamento do público. Somado aos encontros de rede e a ocupação ativa em espaços instituídos, outro ponto sobressalente foi a construção e execução de eventos com temas transversais às alternativas penais. Aqui, é preciso destacar as ações desenvolvidas no denominado “Agosto Lilás” para tratar da pauta do enfrentamento à violência doméstica, nas quais as equipes ocuparam lugar de fala levando como contribuição o compartilhamento das experiências possíveis nas ações desenvolvidas com os homens autuados no âmbito da Lei Maria da Penha, em especial na aplicabilidade de grupos.

Muitos são os elementos que compõem um cenário de três meses de atuação junto à rede. Leituras das demandas e possibilidades de cada município dão o tom dessa frente de trabalho, bem como aspectos macros e situações que atravessam o cotidiano, como a pandemia da COVID-19. A conjuntura pode ser compreendida como resultado do processo de estabilidade reiniciado pelas instituições e também pelas Centrais, o que não gera a intensa demanda de articulações frente às mudanças céleres mediante resoluções de suspensões do judiciário ou planos de restrições de circulação aplicados pelos municípios. Acrescido a isso, pauta-se a retomada da parametrização das ações desenvolvidas, que agora apresentam maior possibilidade de desenvolvimento por meio de uma atuação da equipe in loco, e também com manutenção dos espaços em que ainda são necessários o uso de recursos de videoconferência, mas com o completo abandono de contabilização de ações de articulação por meios como ligação telefônica.

Após todas as considerações sobre esse indicador feitas acima, acompanha, para fins de leitura mais direta, a contextualização de alguns dos municípios no que tange às ações que contribuíram para o alcance e o excedente da meta. Isto posto, segue:

Divinópolis: a equipe investiu nas articulações de rede que impulsionam o cumprimento de PSC nas instituições, principalmente a partir de ações de monitoramento às entidades da rede parceira que recebem esse público. Destaca-se que no mês de agosto foi retomada a execução do Encontro de Rede, que foi construído para articulação junto aos equipamentos dos serviços de assistência social do município, visando a ampliação das entidades para recebimento dos cumpridores. Culminou-se, portanto, em execução 22,5% superior à meta municipal estabelecida.

Ibirité: neste município, repetindo o observado e descrito no trimestre anterior, a atuação com a rede se sobressaiu como a frente de trabalho com desenvolvimento proporcional mais intenso. Considerando o crescente número de novas inscrições e o retorno dos encaminhamentos para cumprimento da PSC, esses ainda são processos em retomada, e por isso exigem articulações junto a rede para sua qualificação e alinhamentos. Como destaque, as visitas às instituições que recebem prestadores de serviço à comunidade, a composição em espaços com o Sistema de Justiça e Poder Executivo Municipal, bem como a efetivação de encontros de rede, fizeram esse indicador apresentar alto número.

Ipatinga: Neste município as visitas de monitoramento às entidades da rede parceira que recebem o público de PSC impulsionaram o desempenho do Programa no indicador. Tal fato está diretamente associado ao fim da suspensão da obrigatoriedade de cumprimento das Alternativas Penais na comarca. Com o retorno do dever de cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade, houve necessidade de atualização da disponibilidade das entidades, construção de parâmetros de segurança para o cumprimento, e mesmo, aprimoramento das atividades possíveis de PSC para (re)inserção do público. Diante disso, a equipe se organizou e intensificou as visitas aos parceiros mais estratégicos e disponíveis.

Sete Lagoas: Para justificar o desempenho do município neste indicador, de início, faz-se necessário registrar o avanço no diagnóstico realizado pela equipe quanto à rede parceira. O procedimento ampliou a leitura sobre as necessidades de atuação do Programa e tornou a frente de trabalho mais organizada. Além disso, permitiu que todas modalidades de articulações com os parceiros tivessem destaque e harmonia com as demandas do público. Além das visitas presenciais de monitoramento e captação de parcerias, teve relevância no indicador as visitas de entidades parceiras à UPC e reuniões para discussão de casos.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
13.757	12.036
Descrição do Indicador	
O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social. Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional. Para fins deste indicador serão contabilizados: 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos; 2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento; 3) Atendimentos individuais com familiares de egressos; 4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar; 5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença; 6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença. 7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença. 8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2021) foram realizados cumulativamente 12.036 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 13.757, alcançou-se 87%

do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 13 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP					
UPC	7º AO 10º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	0	-	-	-	-
BELO HORIZONTE	2634	436	381	419	2.697
BETIM	1144	113	144	109	1.012
CONTAGEM	1352	104	52	120	1.036
GOVERNADOR VALADARES	1048	115	116	93	955
IPATINGA	1075	137	121	155	1.039
JUIZ DE FORA	885	105	90	104	802
MONTES CLAROS	1104	147	157	146	973
RIBEIRÃO DAS NEVES	1222	63	91	111	945
SANTA LUZIA	1016	94	156	122	1.055
SETE LAGOAS	0	-	-	2	2
UBERABA	441	76	94	100	511
UBERLÂNDIA	1407	41	119	86	1.009
TOTAL	13.328	1.431	1.521	1.567	12.036

De maneira geral, percebe-se neste trimestre que o contexto da pandemia da Covid-19 permitiu alguns avanços na execução das atividades do Programa. Primeiramente, todas as equipes puderam atender de maneira presencial ao longo do período, não havendo necessidade de regressão para o modelo de teletrabalho. Tal fato possibilitou um grande avanço na continuidade das ações e acompanhamentos propostos e na promoção da formação de vínculo dos atendidos com o Programa, fatores essenciais para obtenção dos resultados esperados. Além disso, observa-se uma maior abertura da rede e da possibilidade de circulação do público, contribuindo para o trabalho ativo das equipes em relação ao enfrentamento das vulnerabilidades. Cabe mencionar ainda a abertura progressiva do judiciário em alguns municípios, o que propiciou o retorno da coleta de assinaturas e, conseqüentemente, uma maior circulação do público nas unidades de prevenção.

Uma confluência de fatores relacionados à composição das equipes influenciou nos resultados alcançados do indicador. Além do início da vigência do Convênio com DEPEN Federal, que permitiu a ampliação de algumas equipes, bem como a implantação de uma nova unidade, houve ainda a necessidade de recomposição de algumas equipes, de modo que apenas nos meses de agosto e setembro o Programa recebeu 14 analistas novos para iniciar suas atividades. Ressalta-se que é necessário um período de treinamento e adaptação para que esses novos profissionais possam apresentar resultados compatíveis com esperado, razão pela qual o impacto imediato da chegada dos mesmos implica em uma redução de produtividade. Contudo, sabe-se que em breve esses reforços na equipe impactarão de maneira positiva em todos os resultados do Programa.

Outro fator importante enquanto potencializador da capacidade de alcance da meta foi a retomada das atividades coletivas enquanto ações do Programa. Tal retomada foi possível a partir do abrandamento das restrições impostas pela pandemia de Covid 19, bem como da capacitação das equipes realizada pela Supervisão em janeiro deste ano para uniformizar e orientar sobre pontos metodológicos a serem observados na execução de tais atividades. Ressalta-se ainda a apropriação pelas equipes das medidas sanitárias necessariamente observadas para a execução com segurança das atividades coletivas.

De um ponto vista específico da performance do Programa em relação a esse indicador no 11º período avaliatório, alguns municípios apresentam situações de maior atenção.

Destaca-se a progressiva elevação do número de atendimentos realizados pela equipe de **Uberaba**. Aponta-se esse resultado como decorrente de um plano de ação realizado pela Supervisão Metodológica que implementou ações como o incremento de atividades de apresentação do Programa junto à Casas Abrigo para pessoas em situação de rua no município, de maneira estratégica, reconhecendo esta como sendo uma vulnerabilidade recorrente do público egresso. Essas ações tiveram forte impacto para a melhora do desempenho da equipe nesse indicador. Outro ponto de destaque neste município é o aumento da chegada de atendidos oriundos de encaminhamentos das unidades prisionais a partir de articulações estratégicas realizadas.

Outro município de destaque é **Belo Horizonte**. A capital passou pela construção de um plano de ação elaborado em conjunto pela supervisão, gestão e equipe, o que favoreceu a elevação do número de atendimentos, sobretudo no que se refere às ações coletivas (grupo de apresentação, grupos com pré-egressos, e grupos com egressos inscritos). Além disso, houve a execução de um curso profissionalizante de pequenos reparos e empreendedorismo em parceria com a ASMEC, sendo observado que as ações de mobilização e o acompanhamento dos egressos participantes dessa atividade tiveram expressivo impacto para a elevação dos números de atendimento realizados. Adicionalmente, ressalta-se que as ações de convite à egressos que estão há

muito tempo sem comparecer na unidade para atendimento, iniciadas no trimestre anterior e integradas à rotina da equipe, vem gerando bons resultados para a UPC.

Montes Claros também apresentou desempenho satisfatório em relação ao indicador de número de atendimentos, o que pode estar associado primordialmente à oferta do Projeto Alvorada e sua divulgação na mídia. Acredita-se que isso favoreceu a chegada de mais público ao Programa e, tal qual acontece em Belo Horizonte, as ações para mobilização e acompanhamento dos participantes do projeto implicam em um incremento importante no número de atendimentos realizados.

Com relação ao município de **Juiz de Fora**, cumpre informar que houve uma certa estabilidade no número de atendimentos realizados. Porém, no mês de agosto, em virtude da necessidade de reposição de pessoal, a equipe ficou desfalcada, contando apenas com um analista por todo o mês, considerando ainda que o analista que saiu representava uma referência para o acompanhamento. Mesmo assim, percebe-se que o público permaneceu acessando o Programa, demonstrando ter uma vinculação com o mesmo e uma forte consistência do trabalho realizado, tendo impactado de maneira mínima os números dessa equipe.

Já na UPC de **Santa Luzia** evidenciamos a oscilação deste indicador, explicitando que a retomada das assinaturas de condicionalidades implicou na necessidade de a equipe atender os egressos que compareceram à UPC buscando informações sobre a nova periodicidade das assinaturas após alinhamento com o judiciário, além de prestar informações aqueles que cumprem pena em regime semiaberto e precisaram ser direcionados ao judiciário para retomada da assinatura nas unidades prisionais. Consideradas essas necessidades, a equipe estrategicamente procurou atender tais egressos e realizar a inscrição dos não inscritos, realizando o acompanhamento a partir das demandas apresentadas.

No município de **Uberlândia** nota-se que alguns revezes que impactaram de maneira negativa o indicador neste período. Uma situação atípica ocorreu no mês de julho em que uma das analistas estava de férias e outra precisou se afastar de suas atividades laborais em virtude de questões médicas. Não havendo outras possibilidades, a unidade teve o atendimento ao público prejudicado por um período de 10 dias, o que exerceu forte impacto nos números de atendimento esperados. Deve ser considerado ainda que este município teve o terceiro analista contratado apenas em 16 de setembro, tendo a equipe ficado com apenas dois analistas durante mais de dois terços do período avaliatório, dificultando o alcance da meta.

Situação semelhante ocorreu em **Ribeirão das Neves** onde, em julho, quando um analista estava de férias, o outro membro da equipe ficou afastado por problemas de saúde, comprometendo 4 dias os atendimentos na Unidade. Verifica-se, porém, que, após a reposição da equipe, os números sofrem uma gradual e significativa retomada. Além disso, essa equipe não vinha realizando atividades coletivas, que conforme já foi pontuado anteriormente, é uma estratégia que favorece a maximização do número de atendimento. Ressalta-se que esse ponto foi trabalho junto a equipe, que já tem diversas ações de grupo agendadas para os meses subsequentes.

Destaca-se que o município de **Contagem** modificou a forma de triagem para a chegada do atendimento, o que implicou na ocasião uma redução da chegada de atendidos para apresentação de demandas e de atendimentos. Além disso, durante o período avaliatório, a equipe teve uma analista de férias e a chegada de duas novas analistas, o que conforme explicitado anteriormente afeta de maneira imediata negativamente o alcance das metas pactuadas. Observa-se ainda que no mês de agosto, logo após o um período de assinatura, a equipe percebeu uma menor circulação do público na UPC. Tal fato demonstra a necessidade de ações complementares da equipe, no sentido de fomentar um acesso mais homogêneo do público, focando no acompanhamento longitudinal dos atendidos e realizando contatos para convocação do público que tenha apresentado demandas que não tenham sido sanadas.

Por fim, importante destacar que o município de **Sete Lagoas** é uma das quatro implantações de unidades do PrEsp que previstas até o final de 2021. Essa UPC iniciou suas atividades em 15 de setembro, ou seja, teve apenas 15 dias de funcionamento antes do fim do período avaliatório, razão pela qual não foi possível o atingimento das metas pactuadas. Espera-se no próximo trimestre um progressivo e consistente avanço no trabalho de apropriação da equipe e no alcance da população egressa do município para viabilizar o atingimento dos objetivos do Programa.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
78%	78%
Descrição do Indicador	
O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PRESP, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 77,8%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 78%, ficou muito próxima de ser atingida esta foi quase atendida. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 14 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório			
UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
ARAGUARI	0	0	0%
BELO HORIZONTE	728	944	77%
BETIM	237	300	79%
CONTAGEM	160	232	69%
GOVERNADOR VALADARES	184	221	83%
IPATINGA	254	334	76%
JUIZ DE FORA	214	264	81%
MONTES CLAROS	238	339	70%
RIBEIRÃO DAS NEVES	140	161	87%
SANTA LUZIA	263	296	89%
SETE LAGOAS	1	2	50%
UBERABA	142	215	66%
UBERLÂNDIA	100	111	90%
TOTAL	2661	3419	78%

Neste período avaliatório, o percentual de adesão apresentou como resultado 78%, o que representou 99,8% da meta estabelecida para este indicador.

Anterior qualificação dos resultados apresentados, é importante destacar um comprometimento detectado na fórmula deste indicador ao não ser contabilizado as atividades coletivas com egressos já inscritos no Programa enquanto atendimento de retorno. Esses dados, são gerados a partir da Planilha de Egressos, a qual gera as informações quantitativas de cada equipe e tal contabilização equivocada não tem somado os retornos de egressos inscritos em atividades coletivas, somente é adicionado neste indicador os atendimentos de retorno de forma individual.

Diante disso, cabe ressaltar que tem sido desenvolvido com as equipes de analistas do PrEsp diversas frentes para o aprimoramento de atividades coletivas com o viés de favorecer também o acompanhamento no Programa, considerando demandas e vulnerabilidades que se apresentam dentre os egressos acompanhados, como por

exemplo possibilidades de encaminhamento de oportunidade de qualificação profissional e mercado de trabalho. Desta forma, quando um egresso inscrito comparece para o atendimento em grupo, tal ação não é considerada neste indicador enquanto retorno.

Essa situação detectada no instrumento de coleta de dados das equipes já está sendo acompanhada pela Assessoria de Gestão da Informação da SUPEC, a diretoria do PrEsp e o Instituto Elo. A intenção é que a correção da fórmula de cálculo do indicador demonstre a realidade do indicador a partir de todas as ações realizadas com egressos acompanhados no PrEsp. Em termos práticos, tal ajuste possibilitaria contabilizar, por exemplo, as entregas das equipes de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Montes Claros e Uberaba onde as equipes têm realizado atividades coletivas com egressos acompanhados que não são consideradas, apesar do aumento do número de atendimento. As ações para favorecer a chegada e permanência de egressos no Programa têm sido cada vez mais constantes entre as equipes. Movimento este que permitiu diversificar a forma de atuação, seja individual ou coletiva, e as possibilidades de encaminhamentos e intervenções no processo de acompanhamento do público. Espera-se que essa questão seja tratada pela Comissão de Avaliação.

Outro ponto de destaque foi a implantação do PrEsp no município de Sete Lagoas, que teve o início de suas atividades em 15 de setembro de 2021. Como o programa ainda não atuava no município referido, é possível notar que a chegada do público ainda é pequena, estando a equipe investida na ampliação de “portas de entrada” para o encaminhamento do público ao PrEsp junto a rede, uma vez que no município não há a coleta de assinaturas do regime aberto dentro a UPC. Visto que nos primeiros meses do período avaliatório deste trimestre não havia o funcionamento do programa em Sete Lagoas, é importante justificar a baixa entrega da equipe no indicador de adesão, bem como nos demais indicadores, uma vez que os números representam a realidade de ações da equipe realizadas em 15 dias deste trimestre.

No que toca ao desenvolvimento e acompanhamento das equipes, é possível perceber como o município de Uberaba apresenta uma elevação do indicador de adesão neste trimestre. Se nos dois períodos avaliatórios anteriores a equipe apresentou boa taxa de adesão, o indicador de atendimento era comprometido, uma vez que a chegada de novos egressos era muito baixa no Programa. Ao passo que a equipe investe na ampliação de chegada do público ao Programa, a partir de um Plano de Ação elaborado em conjunto com supervisão metodológica e gestão social, o indicador de adesão chega a oscilar de forma negativa, já que em maior volume temos a realização de primeiros atendimentos no município, mas que ao final deste mesmo período avaliatório, percebe-se a sua elevação a partir de estratégias de acompanhamento em atendimentos individuais e coletivos desenvolvidos pela equipe.

E ainda, é possível perceber que no município de Ipatinga houve um aumento também da chegada do público pela primeira vez, gerando elevação nos números de inscrição. Ao observarmos a porcentagem do indicador de adesão entregue neste PA, nota-se que o mesmo é menor se comparado com as entregas desta equipe em períodos avaliatórios anteriores. Avaliamos que isso se dá pelo investimento que a equipe dispensa nesses primeiros atendimentos em detrimento da disponibilidade para o retorno dos acompanhamentos.

De forma geral, observa-se que o indicador de adesão, em sua constância de alcance da meta na maioria das equipes do Programa, neste e nos demais períodos avaliatórios anteriores, se deve a um investimento de forma harmônica em todas as frentes de trabalho realizadas pelas equipes de analistas. A chegada do público, o retorno em acompanhamento, e as ações coletivas e individuais, visam propiciar maior vinculação do egresso com o PrEsp. Quando há uma oscilação no investimento de algumas ações em detrimento a outras, gera um desequilíbrio fazendo com que o alcance da meta seja comprometido nos indicadores de adesão e de atendimento.

Neste sentido, cabe mencionar o município de Contagem, onde é perceptível a necessidade de um maior investimento da equipe para a manutenção do alcance deste indicador, diante algumas reestruturações que impactaram na equipe. Para que tal oscilação não ocorra gerando prejuízo ao Programa, a supervisão metodológica continua trabalhando junto às equipes para que tais entregas sejam realizadas de forma qualitativa.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
926	1.105
Descrição do Indicador	
O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados: 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos; 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos; 3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município; 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa; 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos. 6) Visitas às unidades prisionais.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) foram realizadas acumuladamente 1.105 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 926, objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 15 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional					
UPC	7º AO 10º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	0	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	214	20	22	22	183
BETIM	102	8	10	9	77
CONTAGEM	189	6	5	14	93
GOVERNADOR VALADARES	95	7	6	8	58
IPATINGA	169	10	11	7	96
JUIZ DE FORA	237	14	12	13	142
MONTES CLAROS	122	12	15	12	97
RIBEIRÃO DAS NEVES	109	3	7	12	83
SANTA LUZIA	109	5	13	7	69
SETE LAGOAS	0	-	-	5	6
UBERABA	225	12	13	12	104
UBERLÂNDIA	261	5	7	7	97
TOTAL	1.832	102	121	128	1.105

A Mobilização de Rede se apresentou elevada nesse período avaliatório, superando a meta estabelecida para esse indicador em 119%. De uma maneira geral, observou-se a rede de serviços dos municípios ampliando as possibilidades de atendimento ao público, com o retorno de atividades presenciais e abertura gradual em um cenário ainda marcado pelas medidas sanitárias em função da pandemia do COVID-19.

Neste trimestre, de uma forma geral, nota-se uma maior assimilação das equipes no se refere ao entendimento e quantificação das articulações de rede desenvolvidas pelo Presp. Além disso, observou-se que as redes de serviços

locais estavam mais predispostas para realização de atendimentos aos egressos encaminhados e de articulações de rede em formato presencial, corroborando com o movimento de flexibilização dos municípios diante das restrições impostas pela pandemia.

O **PrEsp em Contagem** se destacou devido as oscilações observadas nos primeiros meses do trimestre. Dentre os fatores que podem estar associados a essa situação, destacam-se a saída de férias de um analista, a chegada concomitante de duas analistas novatas e uma menor circulação do público no Programa. Já em relação a elevação significativa no último mês do período avaliatório, registra-se que houve maior acesso do público ao PrEsp, bem como disponibilidade da equipe para articulações de rede e organizações dos fluxos de trabalho junto a gestão e supervisão. Entretanto, ainda é um ponto de atenção essa elevação expressiva, devido ao fato de também remeter a uma falta de compreensão qualitativa deste indicador, ponto trabalhado junto a Supervisão Metodológica.

A **UPC de Ribeirão das Neves** apresentou uma constância no que toca a meta deste indicador. Entretanto, no primeiro mês deste Período Avaliatório, houve uma redução significativa, mas pontual, em função da indisponibilidade da equipe por motivo de férias e atestados ao longo de julho.

Em **Santa Luzia** houve um aumento no indicador de mobilizações de rede, também de maneira pontual, no mês de agosto devido a necessidade de articulações mais próximas ao judiciário (VEP e Defensoria Pública) com o viés de alinhamento de fluxos de atendimento ao público.

Por fim, um grande destaque do PrEsp foi a implantação do programa no município **de Sete Lagoas** ao final deste período avaliatório. Nesse contexto, a UPC apresentou um resultado considerável para uma equipe que atuou somente nas duas últimas semanas do mês de setembro. Esse quantitativo se estipulou em função da necessidade de a equipe mapear e se apresentar junto a rede de proteção integral do município, com o viés de favorecer “portas de entradas” e alinhar fluxos para o encaminhamento de egressos e familiares.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 6.1. Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
720	583
Descrição do Indicador	
O Programa Selo Prevenção, executado por meio da celebração de Termos de Cooperação Técnica com os municípios, atua na perspectiva da Segurança Cidadã, concebendo como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuem nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação de rede: 1) Número de participantes nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidas pelo Programa; 2) Número de participações da equipe municipal em reuniões, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes para discussão de casos, construção de fluxos, alinhamentos institucionais e estratégias articuladas de intervenção em fenômenos de violência e criminalidade com a rede; 3) Número de encaminhamentos para a rede parceira de casos de violência que se apresentem ao Programa, visando a prevenção e/ou o enfrentamento da violência; 4) Número de reuniões da equipe municipal com as organizações para apresentação do Programa, instituição de novas parcerias, aplicação de diagnóstico e construção de ações do Plano Municipal; 5) Número de participantes das organizações nas capacitações promovidas pelo Programa;	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2021) realizou-se um total de 583 ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta para o trimestre era de 720 ações, o programa atingiu 81% do esperado.

Como dito no período avaliatório anterior, até o primeiro trimestre de 2021, o Programa Selo era desenvolvido nas cidades mineiras de Alfenas e Tocantins, tendo a última encerrado suas atividades no mês de março.

O programa Selo Prevenção Minas chegou em Alfenas/MG em outubro de 2019, a partir de mapeamento e cadastramentos das instituições, foi possível organizar três redes, sendo elas: Rede Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade, Rede de Proteção à Mulher e mais recentemente a Rede de Juventudes. A principal ferramenta utilizada para manter contato, mobilizar, trocar experiências e informações é o aplicativo WhatsApp, através dos grupos de cada rede.

A rede da Comissão é formal, houve a nomeação por meio de portaria, existem o titular e o suplente, existem neste ambiente 41 contatos. No grupo da Rede de Mulheres existem 57 membros, e na da Juventude 18 membros. O Programa pretende reativar a rede de Juventudes, já fez uma série de encontros chamados Quintas da Juventude, onde Secretários Municipais apresentavam suas ações e os jovens participavam apresentando e perguntando sobre as ações das pastas. As redes da Comissão e da Mulher se reúnem mensalmente, ao menos uma vez. Destes encontros são tirados encaminhamentos, e as pautas são construídas coletivamente, e todos/as têm direito a fala.

As reuniões têm sido virtuais, devido às restrições impostas pela pandemia. É utilizada a plataforma do Google Meet, gentilmente cedida por professores/as da Universidade Federal de Alfenas, que compõem estes espaços. Uma das dificuldades era o uso de uma plataforma gratuita, sem restrição de uso de tempo e de fácil acesso, sem necessidade de instalar nos equipamentos.

Ainda há dificuldade de participação, de atingir o quórum mínimo, no caso da Comissão (espaço mais formal, existe o *quórum*). Além disso, são poucos os membros que sugerem temas para pautas. Já houve reuniões amplas com mais de 40 participações, mas na média esse número é bem menor, em torno de 15 participantes por espaços.

Uma rede forte que utilizada é a Rede de Vizinhos Protegidos da Polícia Militar, é um ambiente ideal para divulgar e convidar para ações e para ter contato com lideranças, nestes ambientes de grupos virtuais sempre existe alguém que se destaca.

O Programa entende que avançou de um ponto de vista tecnológico, mas, infelizmente, as pessoas não estavam preparadas para esta migração forçada para o ambiente virtual, sobretudo no sentido da interação, de ligar a câmera e abrir a janela para dialogar. A percepção é que muitos acessam, porém estão em outros afazeres. Além disso, coordenar uma reunião com muitos participantes, organizar as falas, ler os comentários no chat e fazer as atas simultaneamente constitui tarefa difícil.

Tabela 16 - Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas 2021										
Municípios	Meses									Total
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	
Alfenas	34	79	81	30	62	60	65	53	54	518
Tocantins	26	35	4	-	-	-	-	-	-	65
Total	60	114	85	30	62	60	65	53	54	583

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 7.1. Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
660	1401
Descrição do Indicador	
Descrição: Para o aprimoramento da execução da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais é necessário capacitar constantemente os profissionais que atuam nela. Desta forma, os espaços de capacitação e formação visam aprimorar as competências das equipes, garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade e promover a integração e o nivelamento das equipes, visando o aprimoramento contínuo da política pública. São consideradas capacitações dos profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade: a) capacitações presenciais e/ou virtuais com a participação de gestores sociais, analistas sociais, estagiários, técnicos administrativos e supervisores, com objetivos e temáticas específicos e que tocam o trabalho desenvolvido nas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Poderão ser contabilizadas capacitações promovidas pela OS, SUPEC/SEJUSP ou outro agente externo. Não são consideradas capacitações as reuniões rotineiras realizadas para alinhamento dos trabalhos. b) Supervisões presenciais e/ou virtuais promovidas pela supervisão metodológica e da gestão, com ementas específicas, com a participação dos analistas sociais, estagiários e gestores sociais para o acompanhamento e o desenvolvimento das equipes técnicas das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Não são consideradas supervisões de acompanhamento e desenvolvimento os alinhamentos rotineiros de trabalho, tais como ligações telefônicas, trocas de e-mail, discussão de casos específicos, entre outros. Para fins de cálculo desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as participações dos profissionais contratados nas capacitações e nas supervisões realizadas nos formatos citados acima. A OS cuidará integralmente do registro e aferição das participações nas capacitações. Para as capacitações presenciais, a OS deverá passar lista de presença. Para as capacitações no formato virtual, deverá tirar print da tela do evento acompanhado de ementa constando data, hora, tema e nº de participações.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: listas de presença, <i>prints</i> , atas, ementas.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2021) o número acumulado de capacitações de profissionais da política de prevenção social correspondeu a **1401**. Considerando que a meta estabelecida foi de 660, o indicador foi alcançado com **211% da meta**.

No que se refere especificamente aos os meses que compõem o 11º período avaliatório (julho, agosto e setembro), nota-se que houve um total de **25 capacitações** de equipes nos 4 programas de prevenção à criminalidade e a gestão das unidades. Em virtude das restrições sanitárias impostas pelo contexto pandêmico da Covid-19, as capacitações ocorrem em formato de videoconferência e contaram com a participação total de **455** profissionais, dentre analistas sociais, supervisores metodológicos, gestores sociais, diretores de programas e profissionais da Organização Social Instituto Elo.

Cabe destacar que esse indicador foi reajustado conceitualmente neste período avaliatório no 5º termo aditivo, passando a considerar, além das capacitações, as supervisões presenciais e/ou virtuais realizadas pelos supervisores. Contudo, como foi alterado no decorrer do 11º, as fontes de comprovação referentes as supervisões não foram devidamente registradas e nem contabilizadas para esse período. Fato a ser regularizado no próximo período avaliatório.

A seguir, apresenta-se tabela com a síntese das capacitações.

Programas/Gestão	9º PA		10º PA		11º PA		Total de Participantes Acumulados
	Nº de encontros	Nº de participantes	Nº de encontros	Nº de participantes	Nº de encontros	Nº de participantes	
Ceapa	1	52	9	101	4	48	201
Fica Vivo!	1	43	3	137	2	91	271
PMC	2	112	7	158	9	174	444
Presp	7	122	8	130	6	91	343
Supervisão da Gestão	2	2	5	89	4	51	142
Total	13	331	32	615	25	455	1401

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 7.2. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	10,7
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo. Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.	
Fonte de comprovação do indicador	
Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Neste período avaliatório foi necessário a realização de um conjunto de processos seletivos para substituição de pessoal tanto em termos de licenças médicas quanto por saídas de profissionais. Ao todo foram realizadas **85 substituições que levaram em média 10,7 dias para serem realizadas.**

TABELA 16 – RECOMPOSIÇÃO DE PESSOAL					
Data da RP	UPC	Funcionário desligado/remanejado	Funcionário Contratado	Data de Substituição (Início novo funcionário)	Dias para reposição
23/06/2021	Santa Luzia			01/07/2021	8

TABELA 16 – RECOMPOSIÇÃO DE PESSOAL					
Data da RP	UPC	Funcionário desligado/remanejado	Funcionário Contratado	Data de Substituição (Início novo funcionário)	Dias para reposição
25/06/2021	Supervisor			01/07/2021	6
23/06/2021	Belo Horizonte - Centro			05/07/2021	12
25/06/2021	Belo Horizonte - Centro			05/07/2021	10
23/06/2021	Sete Lagoas			05/07/2021	12
25/06/2021	Juiz de Fora/Olavo Costa			07/07/2021	13
25/06/2021	Contagem Centro			07/07/2021	12
25/06/2021	Sede Administrativa (Departamento Ponto)			01/07/2021	6
25/06/2021	Sede Administrativa (Monitoramento)			01/07/2021	6
28/06/2021	Divinópolis			12/07/2021	15
06/07/2021	Ribeirão das Neves			12/07/2021	6
09/07/2021	Ribeirão das Neves- Centro			20/07/2021	12
09/07/2021	Santa Luzia - Centro			15/07/2021	6
09/07/2021	Betim-Jd Teresópolis			20/07/2021	12
05/07/2021	Sede Administrativa			21/07/2021	16
15/07/2021	Ribeirão das Neves- Veneza			23/07/2021	9
19/07/2021	Serra - Santa Lucia			20/07/2021	1
19/07/2021	Ribeiro de Abreu			20/07/2021	1
22/07/2021	Gestão Social - Veneza			01/08/2021	10
22/07/2021	Supervisor Gestão			01/08/2021	9
22/07/2021	Gestão Social - Jardim Leblon			01/08/2021	9
22/07/2021	Gestão Social - Cabana e Morro das Pedras			01/08/2021	9

TABELA 16 – RECOMPOSIÇÃO DE PESSOAL					
Data da RP	UPC	Funcionário desligado/remanejado	Funcionário Contratado	Data de Substituição (Início novo funcionário)	Dias para reposição
22/07/2021	Gestão Social - Veneza	Abertura de vaga		01/08/2021	9
21/07/2021	Supervisora	Abertura de vaga		05/08/2021	14
21/07/2021	Supervisor	Abertura de vaga		05/08/2021	14
22/07/2021	Contagem Centro	Abertura de vaga		05/08/2021	14
22/07/2021	Betim Centro	Abertura de vaga		05/08/2021	14
22/07/2021	Contagem Centro	Abertura de vaga		05/08/2021	14
22/07/2021	Ibirité Centro	Abertura de vaga		05/08/2021	14
22/07/2021	Contagem Centro	Abertura de vaga		05/08/2021	14
22/07/2021	Belo Horizonte Centro	Abertura de vaga		05/08/2021	14
22/07/2021	Betim Centro	Abertura de vaga		05/08/2021	14
22/07/2021	Ipatinga	Abertura de vaga		05/08/2021	14
22/07/2021	Ribeirão das Neves Centro	Abertura de vaga		06/08/2021	15
22/07/2021	Ribeirão das Neves Centro	Abertura de vaga		06/08/2021	15
23/07/2021	Juiz de Fora	Abertura de vaga		09/08/2021	16
23/07/2021	Ipatinga	Abertura de vaga		09/08/2021	16
23/07/2021	Juiz de Fora	Abertura de vaga		09/08/2021	17
23/07/2021	Uberaba	Abertura de vaga		09/08/2021	17
23/07/2021	Montes Claros	Abertura de vaga		09/08/2021	17
23/07/2021	Governador Valadares	Abertura de vaga		09/08/2021	17
26/07/2021	Montes Claros	Abertura de vaga		09/08/2021	14
23/07/2021	Sete Lagoas	Abertura de vaga		09/08/2021	17
03/08/2021	BH Centro			09/08/2021	6
03/08/2021	Betim PTB			11/08/2021	8
03/08/2021	Betim Citrolândia			11/08/2021	
05/08/2021	Betim Citrolândia			12/08/2021	7

TABELA 16 – RECOMPOSIÇÃO DE PESSOAL					
Data da RP	UPC	Funcionário desligado/remanejado	Funcionário Contratado	Data de Substituição (Início novo funcionário)	Dias para reposição
			Neves		
05/08/2021	Betim PTB			12/08/2021	7
04/08/2021	Betim Teresópolis			12/08/2021	8
03/08/2021	Contagem Centro			12/08/2021	9
05/08/2021	Contagem Centro			12/08/2021	7
03/08/2021	Santa Luzia Palmital			12/08/2021	9
03/08/2021	Serra			12/08/2021	9
03/08/2021	Ribeiro de Abreu			12/08/2021	9
12/08/2021	Juiz de Fora			23/08/2021	11
13/08/2021	Ipatinga	Abertura de vaga		23/08/2021	10
13/08/2021	Ipatinga	Abertura de vaga		23/08/2021	10
13/08/2021	Ipatinga	Abertura de vaga		23/08/2021	10
13/08/2021	Ipatinga	Abertura de vaga		23/08/2021	10
13/08/2021	Ipatinga - Técnico Administrativo	Abertura de vaga		23/08/2021	10
12/08/2021	Ribeirão das Neves justinópolis+ implantação- tecnico Adm.	Abertura de vaga		23/08/2021	11
12/08/2021	Ribeirão das Neves - Veneza	Abertura de vaga		23/08/2021	11
12/08/2021	Ribeirão das Neves - Veneza	Abertura de vaga		23/08/2021	11
12/08/2021	Ribeirão das Neves - Veneza	Abertura de vaga		23/08/2021	11

TABELA 16 – RECOMPOSIÇÃO DE PESSOAL					
Data da RP	UPC	Funcionário desligado/remanejado	Funcionário Contratado	Data de Substituição (Início novo funcionário)	Dias para reposição
12/08/2021	Ribeiro de Abreu			23/08/2021	11
12/08/2021	BH Centro			23/08/2021	11
12/08/2021	BH Centro			23/08/2021	11
27/08/2021	Vila Cemig			13/09/2021	5
25/08/2021	BH Centro			02/09/2021	8
25/08/2021	BH Centro			02/09/2021	8
30/08/2021	Juiz de Fora			13/09/2021	14
01/09/2021	Bh Vila Pinho			13/09/2021	12
01/09/2021	Primeiro de Maio - Jardim Felicidade			01/09/2021	0
02/09/2021	Divinópolis			16/09/2021	14
02/09/2021	Santa Luzia			16/09/2021	14
03/09/2021	Morro das Pedras			13/09/2021	10
03/09/2021	Uberlândia Centro			16/09/2021	13
03/09/2021	BH Centro			13/09/2021	10
13/09/2021	Santa Luzia Via Colégio			20/09/2021	7
03/09/2021	Sete lagoas			15/09/2021	12
03/09/2021	Sete lagoas			15/09/2021	12
03/09/2021	Sede Administrativa			14/09/2021	11
13/09/2021	Santa Luzia - Palmital			20/09/2021	7
13/09/2021	Betim Centro			20/09/2021	7
15/09/2021	Ribeiro de Abreu	Abertura de vaga		21/09/2021	6

Foram realizados ao longo do período 24 processos seletivos para ajustes e reposição de equipe. Sendo eles:

Número	DATA	PROCESSO SELETIVO
1	jul/21	289-2021 Analista Social - PrEsp Montes Claros - Estadual (online)
2	jul/21	290- 2021 Técnico Administrativo RMBH (online)
3	jul/21	293-2021 Supervisor Geral (online)
4	jul/21	295 - 2021 Analista Social Fica Vivo Ipatinga - Estadual (online)
5	jul/21	296 - 2021 Analista Social Mediação de Conflitos - Ipatinga - Estadual (online)
6	jul/21	297 - 2021 Técnico Administrativo - Ipatinga (online)
7	ago/21	352 - 2021 Técnico Administrativo PCD BH e RMBH (online)
8	ago/21	389 - 2021 Analista Social CEAPA DIVINÓPOLIS - Federal (online)
9	ago/21	390 - 2021 Analista Social CEAPA SANTA LUZIA - Federal (online)
10	ago/21	391 - 2021 Analista Social CEAPA BH CENTRO - Federal (online)
11	ago/21	392 - 2021 Analista Social PRESP SETE LAGOAS - Federal (online)
12	ago/21	393- 2021 Analista Social PRESP UBERLANDIA - Federal (online)
13	ago/21	394- 2021 Analista Social FICA VIVO! PCD E REABILITADOS INSS BH E RMBH - Estadual (online)
14	set/21	423-2021 Analista Social Programa Mediação de Conflitos - RMBH (licença maternidade) (online)
15	set/21	424 - 2021 Analista Social PRESP Divinópolis Federal (online)
16	set/21	425 - 2021 Analista Social PRESP - Vespasiano Federal (online)
17	set/21	426 - 2021 Analista Social PRESP Ibirité Federal (online)
18	set/21	433-2021 Analista Social CEAPA - Vespasiano – Estadual (online)
19	set/21	434-2021 Analista Social CEAPA -Betim – Estadual (online)
20	set/21	435 - 2021 Analista Social Fica Vivo Governador Valadares - Estadual (online)
21	set/21	436- 2021 Técnico Administrativo PCD e Reabilitados INSS - BH e RMBH (online)
22	set/21	445 - 2021 Gestor Social Base Local JUIZ DE FORA MG (online)
23	set/21	446-2021 Analista Social Se Liga JUIZ DE FORA – Estadual (online)
24	set/21	447-2021 ANALISTA SOCIAL PROGRAMA CEAPA JUIZ DE FORA (online)

Importante informar que todos os editais estão disponíveis no site do Instituto Elo.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 8.1. Número de relatórios Analíticos das UPCs de base local	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
52	53
Descrição do Indicador	
O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência das UPC's. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC's. O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPCs. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de gerar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos Gestores Sociais acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPCs. Os Relatórios Analíticos das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC's de Base Local consistem em documentos de registros e análises das dinâmicas sociais das violências e da criminalidade e contém os principais registros de fatos e fenômenos percebidos nos territórios atendidos pelos programas. Seu objetivo é sistematizar um conjunto de informações que permitam aos Gestores Sociais e equipes dos programas construir, intervir, acompanhar e avaliar de forma estratégica ações e encaminhamentos que permitam intervenções nesse contexto.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No trimestre de análise foram entregues **53 (100%)** relatórios referentes às Unidades de Prevenção de Base Local. As informações mensuradas remetem as entregas realizadas no 10º dia útil do mês de **Setembro/2021**. Para a análise deste período avaliatório foram observados dois períodos de entregas dos relatórios analíticos: maio a junho e julho a agosto. Neste quadrimestre foram entregues respectivamente 26 (vinte e seis) relatórios referentes às das Unidades de Prevenção de Base Local no primeiro período, e 27 (vinte e sete) relatórios no segundo, totalizando 53 relatórios. Observa-se que nos dois períodos contemplados os relatórios foram entregues em sua totalidade pelos gestores, sendo esse aumento de 1 (um) relatório referente à retomada do Jardim Canaã em Uberlândia.

Alguns aspectos registrados na leitura/análise dos fatos ocorridos nos territórios que interferem na incidência de criminalidade merecem destaque, especialmente por considerar que são fenômenos que se repetem ao longo do tempo. Nesse sentido, o objetivo da sistematização das informações é o de conseguir trazer para estudo a transformação de uma análise qualitativa descrita pelos gestores para uma quantitativa. Foram tomadas como base de análises os seguintes critérios: homicídios consumados; homicídios tentados; ameaças; violência policial; violências praticadas pelo tráfico; conflito entre grupos armados; violência contra a mulher; violência patrimonial; crimes contra a liberdade e dignidade sexual; e outras violências.

No período de maio a agosto, contabilizou-se pelo menos **50 homicídios consumados e 24 homicídios tentados**. Estes números comportam também homicídios consumados que ocorreram fora das áreas de abrangência das UPC's, mas quem mantém relação com os territórios atendidos pelos programas. No conjunto de circunstâncias relacionadas aos homicídios tentados e consumados, percebe-se casos em que a dinâmica do território foi motivo propulsor dos eventos, dizendo aqui de conflitos de gangues e motivados por disputa do tráfico. Em que pese esse montante, não se pode deixar de notar que alguns deles guardam também estrita relação com a polícia. Neste quadrimestre a relação conflituosa entre a polícia e os territórios apareceu de forma mais intensa, seja enquanto desdobramento de operações policiais ou de conflitos diretos com os militares e, nessa perspectiva,

houve desdobramentos letais atribuídos aos militares. Ocorreram também algumas sinalizações de homicídios relacionados às relações afetivas (passionais).

Algo que merece destaque, e que já vinha sendo pontuado no relatório anterior, é a manutenção do significativo número de operações policiais realizadas nos territórios. Foram sinalizadas diversos casos em que os militares atuaram para apreensão de drogas, o que ocasionou a prisão de muitos alvos ou sujeitos identificados enquanto atuantes do tráfico nos territórios. Destaca-se que apareceram, ainda de forma tímida, relatos de situações nos quais os militares foram apedrejados ou mesmo sofreram tentativas de homicídios. Essas situações foram apontadas tanto dizendo da comunidade se rebelando contra a polícia como também em momentos onde o tráfico revidou frente à incursão dos policiais no território. Ressalta-se a descrição de muitas apreensões de armas, drogas, munições, prisões (muitas delas vinculadas às pessoas com envolvimento no tráfico ilícito de drogas ou de pessoas consideradas “alvos” pelas polícias). Ainda no que se refere à atuação da polícia, há relatos de moradores, lideranças/referências comunitárias e rede de serviços descrevendo situações de ameaças, abusos e abordagens truculentas, onde destacam-se pelo menos **25 relatos de violência policial** (aqui não computados os episódios que envolveram homicídios tentados ou consumados em confrontos entre a polícia e suspeitos de crimes).

Apesar da contínua atuação da polícia no território, **as violências praticadas pelo tráfico** não apresentaram redução quando comparadas aos meses anteriores. No último período avaliatório foram identificados pelo menos **24 relatos de violências praticadas pelo tráfico de drogas, enquanto nesse quadrimestre tivemos um total de 47 casos**, onde percebemos o relato de múltiplas situações de espancamentos descritos enquanto punições físicas e severas, expulsão de moradores, toques de recolher e restrição de circulação de pessoas em algumas localidades, além da queima de ônibus. Ressalta-se, novamente, que a tortura vem se consolidando enquanto uma prática nas comunidades, alguns gestores pontuaram, inclusive, que muitos moradores dos aglomerados se encontram temerosos com sua própria segurança pessoal, pois não sabem como suas ações podem ser interpretadas, de modo a gerar no tráfico o ensejo para tamanha punição. Essa situação não se encontra restrita a Belo Horizonte, nota-se que no interior e na Região Metropolitana de BH esse formato de punição “exemplar” do tráfico tem se consolidado como forma alternativa ao homicídio. Ainda nessa esfera, casos de roubos no território também foram conectados a essa prática punitiva e, pelos menos, dois casos se desdobraram em pessoas sendo expulsas do território devido à furto no aglomerado.

Intrinsecamente relacionado ao controle do tráfico, houve nesse período **24 casos de ameaças**. Dentro desse escopo, ressalta-se que muitos casos foram apresentados devido à relação de envolvimento do ameaçado (a) com a dinâmica local. Nesses casos, percebe-se o relato de muitos jovens que se dizem ameaçados devido à dívida por drogas ou outros tipos de atuações popularmente conhecidas como “derrames”. Nota-se que o retorno de algumas lideranças do tráfico também provocou impacto na consolidação das ameaças, o que trouxe a retomada de conflitos antigos para o território devido à disputa por bocas do tráfico. Outros fatos que também chamaram atenção foram as situações onde moradores foram ameaçados pelo tráfico para saírem de seus apartamentos nos condomínios. Nestes casos, os imóveis passaram a ser utilizados como pontos de comercialização de drogas ou locais para armazenagem. Observa-se que cada vez mais se torna essencial o estudo sobre a forma de controle exercida pelo tráfico dentro dos prédios e condomínios, pois nos parece que estão sendo ali estabelecidas relações de domínio e controle da vida das pessoas dentro e fora de suas moradias.

A atuação do tráfico ilícito de drogas nos territórios se apresenta como parte importante evidenciada em diversos contextos de violência. Foram apresentados **20 relatos de conflitos entre grupos armados** na disputa pelo comércio ilícito de drogas nos territórios. Assim como descrito no relatório anterior, a maioria desses conflitos está associada a episódios com disparos de arma de fogo, circulação de pessoas armadas, ocorrências de homicídios tentados e consumados e, consequentemente, aumento da sensação de insegurança dos moradores dessas localidades. Nesse período, ressalta-se que muitos desses conflitos não se restringiram à localização geográfica dos territórios. Há relatos de grupos que rivalizaram entre aglomerados distintos, o que gerou a necessidade de articulação de gestores em diferentes territórios, bem como a atuação conjunta das equipes e oficinas dos programas. Para além desses pontos, algo que também impactou no declínio da sensação de segurança foram as descidas do sistema prisional, o aumento da população em situação de rua e dos crimes contra o patrimônio. Grande parte dos gestores sinalizaram em seus registros como a situação de miséria intensificada com a pandemia tem provocado o aumento dos conflitos, sejam eles para tomada de bocas pelo tráfico, ou mesmo a necessidade dos envolvidos em buscarem a realização de outras práticas criminosas para complementação da renda. **Houve pelo menos 12 relatos de crimes contra o patrimônio**, isto é, de furtos dentro do território e a intensificação de práticas como a de roubo de veículos.

Destacam-se **28 relatos de violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher (física, psicológica, moral e sexual)**. Os casos envolvendo a violência doméstica foram dos mais variados, incluindo aqui relatos de familiares que atuaram para a proteção da vítima e foram também feridos durante o conflito. Percebe-se que nessas situações as equipes dos Centros de Prevenção à Criminalidade realizam múltiplos atendimentos com as vítimas e seus familiares, buscando traçar possibilidades de desvinculação dos companheiros e rompimentos dos ciclos de violência, sabemos que os casos ainda são maiores, porém com a regulação criminal dos territórios, as famílias possuem receio de realizar denúncias e receberem punições das organizações criminosas. Importante destacar o

acompanhamento realizado pela equipe de Betim de um caso envolvendo uma ex estagiária do programa que foi vítima de feminicídio, bem como a atuação do mesmo município em um caso que se desenvolve em Uberlândia, demonstrando o esforço para garantir a segurança das mulheres mesmo que a distância. Cabe ressaltar também o gradativo atendimento das equipes na comunidade LGBTQI+. Nesse relatório contabilizamos também pelo menos **5 casos de crimes contra a liberdade e dignidade sexual**, nesse contexto tivemos relatos de pelo menos quatro estupros e a possibilidade de uma rede de exploração sexual contra crianças e adolescentes, além de um crime de transfobia.

Cabe ponderar que **outros tipos de violências** também estão presentes nos relatórios, totalizando **22 relatos**, dentre os quais percebe-se: conflitos de vizinhança, autoexterminio, violências contra pessoas em situação de rua e vandalismo a equipamentos públicos.

Acredita-se que os desafios de manutenção e fortalecimento de vínculos dos programas e das UPC's com os públicos atendidos, moradores e redes de proteção social no contexto da pandemia ainda permanecem enquanto reflexo da crise sanitária que estamos vivendo. Contudo, nota-se que a retomada ao atendimento presencial de modo mais intenso tem favorecido o trabalho das equipes. A relação direta dos programas com os públicos, lideranças/referências comunitárias, territórios, instituições/serviços da rede de proteção são fundamentais para a ampliação do nosso olhar, qualificação da leitura, análise e construção de estratégias mais assertivas no contexto da prevenção e segurança pública.

Por fim, reforça-se a necessidade de melhor conexão das leituras, análises e encaminhamentos depositados nos relatórios com vista à redefinição das estratégias e ações prioritárias dos programas e UPC's nos territórios.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 8.2. Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3
Descrição do Indicador	
A Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo! constitui uma ação estratégica estabelecida entre a entidade parceira e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Diante da sua dimensão e complexidade, tornam-se necessárias a descrição e análise pormenorizadas da sua operação ao longo da execução do Contrato de Gestão. O Relatório de Gestão de Oficinas constitui um instrumento de sistematização e análise das informações operacionais deste processo, a partir dos dados dos relatórios enviados pelas equipes técnicas. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório. Os relatórios deverão sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise.	
Fonte de comprovação do indicador	
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 11º período avaliatório, com a manutenção das atividades presenciais nas Unidades de Prevenção à Criminalidade, tornou-se possível viabilizar o planejamento da retomada gradativa das oficinas dos territórios, com atenção aos protocolos de prevenção emanados pelos órgãos de saúde, aos decretos federal, estadual e municipais relativos à pandemia de COVID-19, bem como às diretrizes advindas desta SUPEC.

Destaca-se que, em agosto, o PLANO DE RETOMADA/EXECUÇÃO DAS OFICINAS é atualizado. Com isso, mediante os esforços despendidos por parte de todos os atores envolvidos na aplicabilidade deste plano de retomada das oficinas, além da melhora nos indicadores de monitoramento da COVID-19, considerou-se o cenário passível a medidas menos restritivas e a retomada de atividades esportivas, conforme orienta o Plano Minas Consciente.

Nos meses que compõem o trimestre em análise, em média foram retomadas 40 oficinas do Fica Vivo. Abaixo estão algumas informações sobre a execução das oficinas.

Tabela 17 - DADOS GERENCIAIS - PROGRAMA FICA VIVO! JULHO A SETEMBRO DE 2021			
INDICADORES	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO

Número de Projetos de Oficinas Ativos	87	118	132
Número de Jovens atendidos	895	1411	1713
Número de Atendimentos	1118	1820	2034
Média de jovens por oficina	1208,0	27,3	1339,7
Número de oficinas retomadas	81	33	7

Dentre as diretrizes especificadas no plano de retomada das oficinas do Programa Fica Vivo! nas UPCs localizadas em municípios que se encontram em macrorregiões em Onda Verde, destacam-se as seguintes premissas:

- dada a ampliação das faixas etárias contempladas no calendário de vacinação da COVID-19 em todos os municípios, orienta-se à gestão social e às equipes do Programa Fica Vivo! que qualifiquem as informações, fomentem e promovam o acesso do público às Unidades de Saúde a fim de serem vacinados;
- a retomada das oficinas do Programa Fica Vivo! tem se dado em fases, construídas a partir de parâmetros e critérios técnicos, observando sempre o cenário de cada município frente à prevenção à COVID-19;
- uma vez retomadas as atividades nas oficinas, o monitoramento por parte desta SUPEC será contínuo, para avaliação periódica da possibilidade de permanecer ou da necessidade de suspender novamente a execução;
- a partir dos critérios a seguir, as equipes técnicas irão avaliar as oficinas de seus territórios e construirão o Plano Local de Retomada das Oficinas (vide “Atribuições das equipes técnicas”);
- a retomada de toda e qualquer oficina deve ser validada com a supervisão metodológica de referência. Em nenhuma hipótese o Departamento de Monitoramento autorizará a implantação de oficinas sem a anuência da supervisão metodológica;
- cada equipe do Fica Vivo! deverá elencar, no máximo, 3 (três) oficinas (para cada uma das fases) que retomarão as atividades, devendo monitorá-las, presencialmente, nas 2 (duas) primeiras semanas de trabalho (independentemente da quantidade de encontros realizados por essa, distribuídos ao longo de cada semana);

Crerios a serem observados para retomada/execução das oficinas do Programa Fica Vivo! em municípios cuja macrorregião encontra-se na Onda Verde do Plano Minas Consciente:

- 1- a equipe deverá se atentar para que o/a oficineiro/oficineira não pertença aos grupos de riscos para contágio da COVID-19;
- 2- número de adolescentes e jovens em cada oficina: ainda que na maioria dos Decretos Municipais o número de pessoas seja calculado em função do tamanho do espaço, de maneira que seja possível a observância do distanciamento mínimo exigido entre cada participante, para fins deste Plano de Retomada das Oficinas será adotado o número máximo de 20 adolescentes ou jovens por encontro de oficinas em municípios que se encontram na onda verde do Plano Minas Consciente. Caso a oficina tenha demanda de número superior ao mencionado, cabe ao/à oficineiro/oficineira, juntamente à equipe técnica, organizar de forma que haja uma distribuição deste quantitativo durante os dias de encontros, sempre garantindo um máximo de 20 adolescentes ou jovens por encontro;
- 3- local para execução das oficinas: o local a ser definido pelo/pela oficineiro/oficineira deverá possibilitar o controle de acesso do público, como forma de reduzir a possibilidade de aglomeração de pessoas;
- 4- condições de higienização: serão distribuídos kits de higienização para as oficinas contendo álcool em gel 70%, máscaras e sabonete líquido. Importante destacar que, com relação as máscaras, essas serão de material reutilizável, ficando na responsabilidade de cada adolescente e jovem o cuidado com seu equipamento de proteção individual. **Não será permitida a participação de pessoas sem máscara de proteção cobrindo boca e nariz nas oficinas.**

Em acordo com essas orientações, a retomada das atividades tem sido acompanhada detalhadamente pela supervisão metodológica do Programa e pela gestão social das unidades de prevenção à criminalidade em âmbito local. Como no trimestre anterior, algumas modalidades de oficinas têm passado por (re)adaptações das atividades que eram realizadas para garantir a segurança dos oficineiros e jovens participantes das oficinas.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 8.3. Número de relatórios de gestão do Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3
Descrição do Indicador	
O Relatório de Gestão do Programa Se Liga consiste em um documento de registro e análise das ações qualitativas e quantitativas realizadas pelas equipes técnicas do Programa. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório que contemple as seguintes informações: 1) Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo; 2) Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes; 3) Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes; 4) Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes; 5) Número de atividades culturais realizadas e de participantes; 6) Número de ações com familiares e de participantes; 7) Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo; 8) Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes; 9) Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas; 10) Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos. 11) Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado); Mais do que um registro numérico, os relatórios deverão contemplar o cruzamento de informações referentes aos esforços realizados pela equipe técnica e os resultados obtidos no tocante ao atendimento aos adolescentes público do Programa. Deve também sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa Se Liga no período de análise. Os relatórios deverão ser encaminhados pela OS para a SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.	
Fonte de comprovação do indicador	
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Conforme dita o indicador 8.3, durante o 11º período avaliatório foram elaborados os três relatórios estipulados. Informações acerca dos atendimentos podem ser encontradas no indicador 3.1.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 8.4. Número de relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3
Descrição do Indicador	
O Programa Selo Prevenção Minas é uma iniciativa que visa a fomentar a realização de ações de prevenção à criminalidade pelas administrações públicas municipais, com apoio técnico e metodológico por parte da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. O monitoramento do Programa nos municípios parceiros é fundamental para garantir sua efetividade e promover visão sistêmica da execução. A partir dos relatórios mensais enviados pelos Articuladores de Prevenção à Criminalidade, a OS será responsável pela elaboração	

dos

Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas que deverão conter:

- 1) Número de reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 2) Percentual de presença de membros nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 3) Registros das principais discussões e encaminhamentos das reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 4) Número e descrição de reuniões realizadas com a rede por município;
- 5) Número e descrição de parcerias firmadas para viabilização do Programa por município;
- 6) Número e descrição de ações de mobilização comunitária realizadas por município;
- 7) Análise do desenvolvimento das fases do Programa em cada município;
- 8) Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa em cada município.

Assim, a OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório, conforme diretrizes específicas emanadas pela SEJUSP/SUPEC.

Fonte de comprovação do indicador

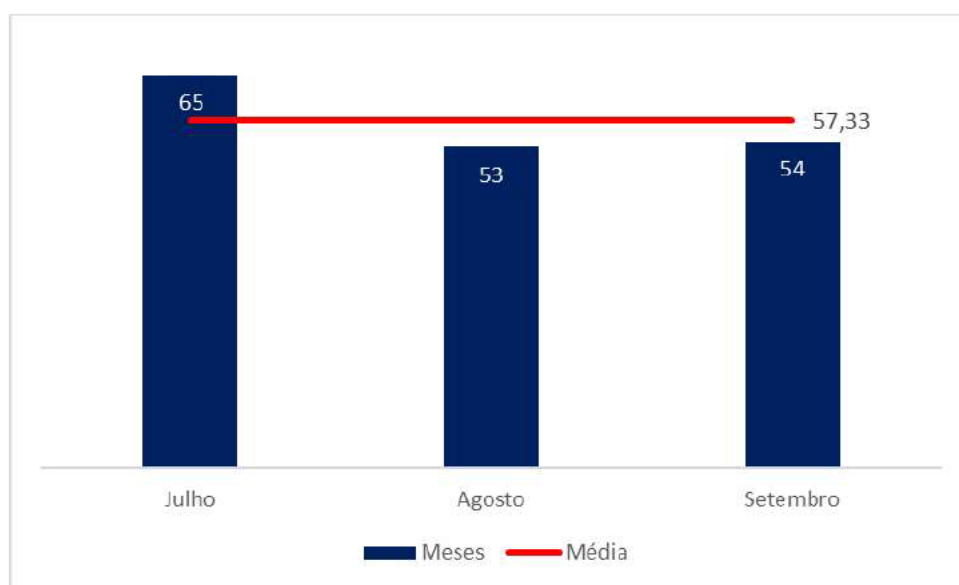
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Durante o 11º período avaliatório foram elaborados 3 relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas. Durante o período foi mantido um diálogo produtivo com a Direção do Programa no sentido de ajustar os relatórios elaborados às demandas do programa.

Abaixo uma breve descrição dos dados de ações do programa em Alfenas entre julho e setembro de 2021.

Gráfico 2 – Número de ações do Programa Selo desenvolvidas no município – Alfenas – julho a setembro de 2021



Entre julho e setembro houve 172 ações realizadas pelo Programa Selo Prevenção em Alfenas, uma média mensal de 57,3 ações. As ações realizadas pelo Programa no município foram realizadas no decorrer do processo de implantação do Plano Municipal de Prevenção.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 9.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-
Descrição do Indicador	
Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão. O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas. Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 9.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-
Descrição do Indicador	
O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018 que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual,	

Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

3 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática	Produto	Peso (%)	Início	Término	Status	
1	1.1	Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade	17	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
	1.2	Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	17	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
	1.3	Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	17	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
	1.4	Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	17	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
	1.5	Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade	17	Abril/21	Dezembro/21	12º
2	2.1	Pesquisa de Recorrência Criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA	5	Janeiro/21	Setembro/21	11º
	2.2	Pesquisa de reentrada de adolescente no Sistema Socioeducativo	5	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
	2.3	Diagnósticos de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local	5	Janeiro/21	Dezembro/21	12º

Área Temática 2 – Pesquisas e Diagnósticos	
Produto 2.1 – Pesquisa de Recorrência Criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%
Descrição do Produto	
Este produto visa avaliar a contribuição do Programa CEAPA no sentido de prevenir a ocorrência de novos registros no Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) das pessoas em cumprimento de alternativas penais no Estado de Minas Gerais. Denomina-se recorrência criminal eventos cujo cumpridor tiver outro registro criminal no REDS em data posterior a sua inscrição na CEAPA. Tal pesquisa deverá utilizar as informações dos relatórios quantitativos alimentados pelas equipes técnicas da CEAPA. Fica vedada a contratação de serviços de terceiros em qualquer etapa desse produto. Caso a OS sugira alterar a forma ou acrescentar outras informações nesses relatórios, deverão ser aprovados pela SEJUSP/SUPEC. Será de responsabilidade da OS calcular a amostra válida e representativa e encaminhar para a SEJUSP/SUPEC as listas de pessoas em alternativas penais por município com as seguintes variáveis: nome completo, nome da mãe, data de nascimento e nº do CPF. A OS deverá se atentar às regras de sigilo de informações contidas em legislações e instrumentos normativos. Será de responsabilidade da OS realizar o tratamento de dados, correlacionando a recorrência criminal com as seguintes variáveis: 1) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por município; 2) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por sexo; 3) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por faixa etária; 4) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por escolaridade; 5) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de ocupação profissional; 6) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por remuneração; 7) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por situação de cumprimento; 8) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de medida aplicada. 9) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de delito. Para iniciar a execução do produto a OS deverá encaminhar a metodologia de pesquisa e o tratamento dos dados, bem como a amostra que será pesquisada.	
Fonte de comprovação do indicador	
e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Esse produto teve sua versão final entregue e aprovada pela Supervisão do Contrato de Gestão, Coordenação de Políticas Penais de Prevenção à Criminalidade e Diretoria do Programa Ceapa no dia 30/09/2021, cumprindo, portanto, a meta estabelecida.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 11º período avaliatório (01/07/2021 a 30/09/2021), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 25 indicadores e 1 pesquisa. Desse total, 16 indicadores e a pesquisa tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório. Dentre os casos em que a meta não foi alcançada, solicitou-se a desconsideração da avaliação geral dos resultados do indicador 3.2. “Percentual de adesão do Egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga” devido a impossibilidade de promoção de atividades presenciais dentro das unidades e atendimentos individuais para jovens ainda acautelados no contexto pandêmico. Argumenta-se que, mesmo com a redução da meta, esse indicador se torna inviável de ser cumprido nesse contexto.

Apesar da melhora no contexto sanitário em relação aos períodos anteriores, o caótico pandêmico ainda tem afetado sobremaneira a prestação de um serviço de excelência que marca o histórico da parceria Instituto Elo e Supec/Sejusp. Para além dos resultados, os Relatórios Gerenciais dão visibilidade a uma série de iniciativas, aprendizados e capacidade de superação de centenas de colaboradores dispostos não somente a manter mas também aperfeiçoar a Política de Prevenção Social à Criminalidade, mesmo em um contexto extremamente inseguro e adverso.

Conforme apresentado, o 11º PA dá sinais de melhoras significativas e esperança de que os piores momentos ficaram para trás. Nota-se evolução no desempenho dos indicadores de todos os programas em relação ao período anterior e uma maior aderência formato metodológico habitual. Destaque para os dois Programas com atuação mais fragilizada em função da pandemia, quais sejam: o *Fica Vivo!*, que saiu de 19 para 977 a média de encontros mensais de oficinas, de 27,3 para 1339,7 a média encontros de jovens nas oficinas e de 4553 para 9.525 o número de atendimentos do Programa⁴; e o Se Liga, que sai de 192 para 373 atendimentos

⁴ Durante o período de restrições mais rigorosas para o enfrentamento à pandemia de COVID-19, as oficinas tiveram sua execução suspensa e o atendimento ao público se tornou uma responsabilidade quase exclusiva das equipes técnicas. Sem a execução das oficinas, naturalmente, ocorreu uma expressiva redução nos indicadores de atendimentos realizados pelo Fica Vivo!

realizados pelo Programa e de 476 para 696 ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas.

O momento ainda exige muito cuidado e atenção. Porém, a determinação de todos os envolvidos, os resultados positivos, o avanço da vacinação em massa no estado e a consequente (e aparentemente sustentável) regressão dos índices de contaminação nos permitem acreditar que estamos no caminho certo e que, em breve, a política poderá ser executada em sua plenitude e entregar mais e o melhor possível para os milhares de pessoas atendidas pelos programas.

4 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:17:41 do dia 26/08/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/02/2022.

Código de controle da certidão: **8C3C.DD3F.02F5.2DFA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.514.913/0001-75

Certidão nº: 26387836/2021

Expedição: 26/08/2021, às 14:21:32

Validade: 21/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.514.913/0001-75**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75

Razão Social: INSTITUTO ELO

Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/09/2021 a 24/10/2021

Certificação Número: 2021092502013508700541

Informação obtida em 27/09/2021 11:52:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
26/08/2021CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
24/11/2021

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2021000487409590



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **AHFGLKKLMJ**

Documento/Certidão nº **16.274.113** Exercício: **2021**

Emissão em: **27/09/2021**

Requerimento em: **11:53:12**

Validade: **27/10/2021**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2021.

**GLEIBER GOMES
DE OLIVEIRA**

Assinado de forma digital por
GLEIBER GOMES DE OLIVEIRA
Dados: 2021.10.13 17:11:05
-03'00'

Gleiber Gomes de Oliveira

Diretor Presidente

Instituto Elo